



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

EUCLIDES DA CUNHA:
NEM CIENTISTA, NEM JORNALISTA, MAS LITERATO (AUTOR DA LÍNGUA) -
UMA BREVE VIAGEM PELAS FILIAÇÕES TEÓRICAS E HETEROGENEIDADE QUE
CONSTITUÍRAM O SEU DISCURSO

PEDRO PEDROZA CARDOSO

Porto Velho (RO)

2017



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

EUCLIDES DA CUNHA:
NEM CIENTISTA, NEM JORNALISTA, MAS LITERATO (AUTOR DA LÍNGUA) -
UMA BREVE VIAGEM PELAS FILIAÇÕES TEÓRICAS E HETEROGENEIDADE QUE
CONSTITUÍRAM O SEU DISCURSO

Trabalho de conclusão do Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais, da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR, orientado pelo Professor Doutor Élcio Aloisio Fragoso, realizado por Pedro Pedroza Cardoso.

Porto Velho (RO)

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

C266e Cardoso, Pedro Pedroza.

Euclides da Cunha: nem cientista, nem jornalista, mas literato (autor da língua) - uma breve viagem pelas filiações teóricas e heterogeneidade que constituíram o seu discurso / Pedro Pedroza Cardoso. -- Porto Velho, RO, 89 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Élcio Aloisio Fragoso

Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais) -
Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Análise de discurso. 2. Heterogeneidade. 3. Autoria. 4. Ideologia. 5. Condições de produção. I. Fragoso, Élcio Aloisio. II. Título.

CDU 81'322.5

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR
NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS

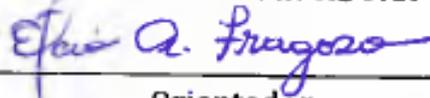
A COMISSÃO EXAMINADORA, ABAIXO ASSINADA, APROVA A
DISSERTAÇÃO

EUCLIDES DA CUNHA:
NEM CIENTISTA, NEM JORNALISTA, MAS LITERATO (AUTOR DA LÍNGUA) -
UMA BREVE VIAGEM PELAS FILIAÇÕES TEÓRICAS E HETEROGENEIDADE QUE
CONSTITUÍRAM O SEU DISCURSO

ELABORADA POR:
PEDRO PEDROZA CARDOSO

COM O REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE NO
MESTRADO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS - UNIR

COMISSÃO EXAMINADORA



Orientador

Prof. Dr. Elcio Aloisio Fragoso - UNIR

1º Examinadora

Profª. Dra. Lilian Maria Moser - UNIR

2º Examinador

Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Fonseca - UFSB

Suplente

Profª Dra. Juciele Pereira Dias - UNIVÁS

Porto Velho (RO)
13 de julho de 2017

DEDICATÓRIA

Este trabalho se oferece como singela homenagem aos povos amazônicos, muitos dos quais foram dizimados pelo simples contato com as forças colonizadoras; aos seringueiros que, em uma terra estranha e indomada, tentaram buscar um futuro melhor para si e para suas famílias, bem como se inspira naqueles que, diuturnamente, estão com os olhos e ouvidos atentos, tentando enxergar os trejeitos das ideologias e ouvir as muitas vozes presentes em tudo e em todos, procurando decifrar o que fomos, entender o que somos e imaginar o que seremos, observando os muitos outros que fazem parte de nós, o plural dentro do nosso singular.

AGRADECIMENTOS

A todas as vozes que se atravessaram no meu discurso:

À minha esposa Michelle e filha Maria Luiza, pelo amor e presença confortante;

À minha mãe, Gigi Pedroza, por nunca desistir do filho pródigo;

Ao meu orientador, Élcio Fragoso, pela infinita paciência;

Aos professores e colegas do Mestrado, pela companhia e bons conselhos;

Ao amigo Odair, pela fraternal sugestão do tema;

Aos viajantes que por aqui passaram, pela coragem de enfrentar o desconhecido;

Aos seringueiros, símbolos de esperança;

Aos povos amazônicos, cujas vozes me conduziram até aqui!

“A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2015).

RESUMO

CARDOSO, Pedro Pedroza. Euclides da Cunha: nem cientista, nem jornalista, mas literato (autor da língua) – uma breve viagem pelas filiações teóricas e heterogeneidade que constituíram o seu discurso. 2017. Dissertação do Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho, 2017.

Resumo: Seguindo a linha teórica da Análise de Discurso da corrente francesa, observando, principalmente, os ensinamentos de Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Freda Indursky, bem como a perspectiva dos estudos enunciativos tal como está teorizada em Jacqueline Authier-Revuz, nossa pesquisa trabalha a heterogeneidade e os atravessamentos no discurso de Euclides da Cunha em alguns recortes da obra “Um paraíso perdido – reunião de ensaios amazônicos”. Euclides vem para a Amazônia a serviço do governo brasileiro, chefiando a “Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus”, em dezembro de 1904 e aqui permaneceu até dezembro de 1905. Deixando de lado os relatórios técnicos que produziu para o Itamarati, o autor escreveu vários textos durante a sua estadia na Amazônia, textos esses cujos atravessamentos científicos e jornalísticos são o foco deste trabalho. Escolhemos alguns recortes dessa escrita (ensaios e cartas) que também nos permitirá entender o discurso do autor e a sua posição, observando aspectos como a ideologia a que estava filiado, bem como o pensamento teórico dominante e as condições históricas de produção do final do século XIX e início do século XX. Estudaremos também a noção de autoria (função-autor), a formação do seu discurso e a construção de suas representações imaginárias acerca da floresta amazônica e seus habitantes.

Palavras-chaves: Análise de Discurso; heterogeneidade; autoria; ideologia; condições de produção.

ABSTRACT

CARDOSO, Pedro Pedroza. Euclides da Cunha: neither scientist nor journalist, but literate (author of the language) - a brief trip through the theoretical affiliations and heterogeneity that constituted his discourse. 2017. Dissertation of the Master's Degree in History and Cultural Studies, Federal University of Rondônia Foundation - UNIR, Porto Velho, 2017.

Abstract: Following the theoretical line of Discourse Analysis of the French current, observing, mainly, the teachings of Michel Pêcheux, Eni Orlandi and Freda Indursky, as well as the perspective of the enunciative studies as it is theorized in Jacqueline Authier-Revuz, our research studies the heterogeneity and the crossings in the discourse of Euclides da Cunha in some cuts of the book "Um paraíso perdido – reunião de ensaios amazônicos". Euclides comes to the Amazon in the service of the Brazilian government, leading the "Brazilian-Peruvian Mixed Commission of High Purus Recognition" in December 1904 and remained here until December 1905. Leaving aside the technical reports he produced for Itamarati, The author wrote several texts during his stay in the Amazon, texts whose scientific and journalistic crossings are the focus of this research. We have chosen a few cuts of this writing (essays and letters) that will also allow us to understand the author's discourse and his position, observing aspects such as the ideology to which he was affiliated, as well as the dominant theoretical thinking and the historical conditions of production of the end of the 19th century and early 20th century. We will also study the notion of authorship (function-author), the formation of his discourse and the construction of his imaginary representations about the Amazon forest and its inhabitants.

Keywords: Discourse Analysis; heterogeneity; authorship; ideology; production conditions.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
I – UMA VIAGEM PELA ANÁLISE DE DISCURSO	14
1 – Breve quadro teórico-epistemológico da Análise de Discurso	14
1.1 – O Materialismo Histórico	16
2 – Breve quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso	18
2.1 – O discurso	19
2.2 – O discurso e o texto	22
2.3 – A formação discursiva e o interdiscurso	24
2.4 – A memória discursiva	25
2.5 – O sujeito	27
2.6 – O autor	28
2.7 – A ideologia	31
2.8 – As condições de produção	33
2.9 – A interpretação	34
2.10 – O imaginário na Análise de Discurso	35
II – O BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE EUCLIDES DA CUNHA	37
III – A HISTÓRIA E A ANÁLISE DE DISCURSO	40
IV – O DISCURSO JORNALÍSTICO DE EUCLIDES DA CUNHA	44
V – O DISCURSO CIENTÍFICO DE EUCLIDES DA CUNHA	48
VI – NEM CIENTISTA, NEM JORNALISTA, MAS LITERATO	52
VII – EUCLIDES DA CUNHA EM RECORTES	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	81

APRESENTAÇÃO

É importante destacarmos que iniciamos nosso caminho acadêmico em 2009 pela área da Arqueologia, onde fomos introduzidos aos estudos acerca dos primeiros habitantes da floresta amazônica. Em contato com autores como Eduardo Góes Neves, Anna Curtenius Roosevelt, André Proust, dentre outros, tivemos a oportunidade de nos aprofundar nas pesquisas sobre os primórdios do homem em nosso país. Sabemos que estamos aqui, caçando, colhendo, cultivando e transitando entre as diversas espécies de fauna e flora amazônicas há pelo menos oito mil anos (NEVES, 2000). Em 2014, já no Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais, foi a história recente do homem da floresta que nos interessou, em especial o olhar e o discurso de Euclides da Cunha sobre a Amazônia do início do século XX, que podem ser observados nos escritos produzidos em sua viagem de cerca de um ano pelas florestas e rios da Hiléia, entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905.

A serviço do governo Brasileiro, chefiando a Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, o autor entrou em contato com vários aspectos sociais da região, dando especial ênfase aos seringueiros e à forma como eles eram tratados nos seringais. O testemunho deste “tratamento desumano” fez com que ele escrevesse alguns textos sobre o assunto, fato esse que nos fez pensar acerca da posição ocupada por Euclides ao observar esse conflito de classes e interesses antagônicos – o seringalista e o seringueiro. Qual a posição do autor? Humanitária? Sociológica?

Por estarmos cursando um mestrado em história e estudos culturais¹, tentaremos solucionar as perguntas do parágrafo anterior, bem como outras questões que surgirão ao longo da nossa pesquisa, tendo como luz a teoria

¹ lembrando que, segundo Johnson (2006), os Estudos Culturais são um campo de investigação de caráter interdisciplinar que explora as formas de produção ou criação de significados e de difusão dos mesmos nas sociedades atuais, onde a criação de significado e dos discursos reguladores das práticas significantes da sociedade revelam o papel apresentado pelo poder na regulação das atividades cotidianas das formações sociais.

da Análise de Discurso da linha francesa, com atenção, principalmente, em Michel Pêcheux e Eni Orlandi, teoria essa que nos foi apresentada durante o mestrado e a qual se mostrou mais adequada para a tentativa de solução do nosso problema.

O nosso objeto de pesquisa neste trabalho são alguns recortes retirados dos ensaios, cartas e outros escritos de Euclides da Cunha. Escritos estes que foram reunidos postumamente no livro **Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaaios Amazônicos**, no ano de 2000, para a Coleção Brasil 500 anos. É salutar observarmos que na obra em questão há, também, ensaios de outros autores que escreveram sobre a vida e obra de Euclides da Cunha. Contudo, deste conjunto de produções, tomaremos, especificamente como objeto de estudo, apenas os recortes retirados dos escritos de Euclides, textos estes que estão divididos em três partes, como seguem abaixo:

1ª parte – Amazônia: terra sem história;

2ª parte – O Rio Purus e outros estudos;

3ª parte – Cartas da Amazônia.

Levaremos em consideração, no estudo de alguns recortes destes textos, que os discursos de Euclides, explícitos ou silenciados, assim como quaisquer outros discursos, são heterogêneos. Para a teoria da Análise de Discurso não há homogeneidade nos textos, embora, empiricamente falando, o autor acredite que a sua produção seja homogênea. Dito isto, é a teoria da Análise de Discurso que possibilitará uma melhor compreensão e desenvolvimento da pesquisa. Em termos gerais, esta linha de pensamento entende e define o discurso como o ponto de encontro entre a língua, a ideologia e o inconsciente (QUEIRÓS, 2002, apud FRAGOSO, 2014). Nela, há a necessidade de se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, enquanto parte do trabalho social geral, que é constitutivo do homem e de sua história (ORLANDI, 2015, p. 13). Assim, através desta teoria, levando ainda em consideração as condições históricas de produção da obra em análise, poderemos compreender a posição do autor (função-autor) e a formulação do seu discurso sobre a Floresta Amazônica e seus habitantes, bem como responder a questionamentos como: que sujeito é este que escreveu sobre o homem da floresta? Qual era o pensamento teórico dominante do início do século XX? Quem era o autor que escreveu nos textos mencionados (com

suas variantes) 32 vezes a palavra PRIMITIVO, 25 vezes a palavra COLONIZAÇÃO, 24 vezes a palavra CIVILIZAÇÃO, 21 vezes a palavra PROGRESSO, 29 vezes a palavra SELVAGEM e 27 vezes a palavra BÁRBARO? Sabemos que a escolha destas palavras não é indiferente e tampouco proposital, contudo, esta escolha já é efeito da ideologia sobre o sujeito.

Outra questão importante para este trabalho é problematizar e desenvolver uma compreensão acerca da autoria, uma vez que esta noção não é tão evidente quanto parece, uma vez que esta noção não será tomada em seu sentido usual/corrente. Para isso, recorreremos, inicialmente, às reflexões de Foucault e, logo em seguida, traremos a compreensão desta noção tal qual foi desenvolvida pela Análise de Discurso.

É notório que em suas viagens, o escritor e jornalista Euclides da Cunha, que era um misto de poeta, homem da ciência e naturalista, tentou se despir do senso comum e se dispôs a olhar o Brasil de frente, fazendo de suas obras um local de exploração da realidade social, descrevendo as regiões que percorreu como um paisagista, com pinceladas de traços fortes e impressionantes. Para Eni Orlandi (1994, p. 50), um dos principais atributos do discurso naturalista, que é o caso de Euclides, é a procura pela descrição de características naturais do solo, plantas, animais, relevo e tipos humanos, com a intenção de tornar visível o seu objeto.

Devido a sua formulação considerada neorealista, onde expõe a realidade social brasileira, bem como os regionalismos e a marginalidade dos seus personagens, Euclides é considerado, segundo o discurso dos livros didáticos, um importante escritor Pré-Modernista nacional, pois ele fez uma Literatura inserida no momento em que era produzida, imprimindo em seus textos uma realidade quase que jornalística, descrevendo com muita precisão lugares que visitou, como o Nordeste brasileiro e a Floresta Amazônica (ABAURRE, FADEL, e PONTARA, 2003, p. 99). Entretanto, sabemos que estas questões não são totalmente claras, pois trata-se de um período conturbado para ser definido, e faz parte do nosso objeto de estudo a compreensão desse discurso. De que posição que o autor fala? Quais atravessamentos estão presentes em seu discurso?

Sabemos que Euclides da Cunha era formado em Engenharia Militar e Bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais, além de ter trabalhado diversas vezes como jornalista, principalmente para o jornal O Estado de São Paulo. Assim, observando sua formação acadêmica e gosto pelo jornalismo, podemos compreender os atravessamentos presentes em seu discurso. Contudo, são esses atravessamentos suficientes para classificarmos a sua escrita como jornalística ou científica? Essa é outra questão que trabalharemos na nossa pesquisa, pois a presença do outro é constitutiva do processo criativo e tentaremos desvendar como essas outras vozes se atravessam no discurso do autor.

Voltando para o nosso objeto, entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905, no papel de engenheiro, Euclides da Cunha realizou uma viagem à Amazônia a serviço do Itamarati, onde chefiou a Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus na demarcação da fronteira com o referido país vizinho. Um dos principais objetivos dessa expedição era o mapeamento hidrográfico das cabeceiras do rio Purus, para que futuramente pudesse ajudar na solução de problemas relacionados à fronteira entre os dois países. Aproveitando o ensejo, usou as informações colhidas na expedição para escrever também vários textos sobre a realidade amazônica (RIBEIRO, 2006, p. 1 e 2). Nesta empreitada, o autor sai do Rio de Janeiro e vem para a Amazônia descrever o “outro” e sua cultura. Sabemos que a relação com o mundo é constituída pela ideologia, que determina a relação imaginária do sujeito com as condições de existência (ORLANDI, 1994, p. 56). Assim, Euclides registrou uma variada gama de “impressões” sobre a vegetação, a fauna, o clima e os moradores dos lugarejos e cidades que visitou.

Cabe ainda observarmos que para a Análise de Discurso a literatura é também um discurso, portanto, funciona ideologicamente, uma vez que não há discurso sem sujeito e não há como observarmos este sujeito separado de suas ideologias (PÊCHEUX, 1975, apud ORLANDI, 2015, p. 15). Para que possamos dar visibilidade a estas ideologias, devemos analisar a materialidade discursiva encontrada na produção deste autor, enxergando o que está silenciado, bem como o meio em que a sua obra foi concebida e as condições históricas de produção da

época, visto que similarmente são importantes para a análise e permitem entender o pensamento e ideologia dominante do período estudado.

Por essa razão que utilizaremos a teoria da Análise de Discurso nas nossas análises, pois ela é a perspectiva teórica que melhor apresenta “uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito” (ORLANDI, 2002, apud FRAGOSO, 2014, p. 71), nos permitindo assim algum êxito em observar a formação do inconsciente e a interpelação ideológica no discurso de Euclides da Cunha, como veremos no decorrer de nosso trabalho.

I – UMA VIAGEM PELA ANÁLISE DE DISCURSO

Assim, a primeira coisa a se observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2015).

1 – Breve quadro teórico-epistemológico da Análise de Discurso

Utilizando como base para nosso quadro teórico epistemológico os escritos de Eni Orlandi (2015), podemos afirmar que a Análise de Discurso (AD) tem seu início nos anos 60 do século XX na Europa, tendo como objetivo investigar fenômenos lingüísticos inacessíveis aos estudos da época, cuja unidade básica era a palavra ou a frase. Contudo, o discurso, que é o seu objeto de estudo, já vinha sendo estudado, de forma não sistemática, é claro, em diferentes épocas e segundo diferentes perspectivas e sentidos (ORLANDI, 2015, p. 15).

Desconsiderando os estudos retóricos da antiguidade, há trabalhos sobre o estudo do texto, em sua materialidade linguística, já no século XIX, com a semântica histórica de M. Bréal e no início do século XX, com a busca de uma lógica interna do texto², renunciando uma análise que não era de conteúdo (conforme os estudos dos formalistas russos), que conseguiram entender que a questão a ser respondida não era “o que”, mas “como”, ou seja, como este texto significa (ORLANDI, 2015, p.15 e 16).

Nos anos 50 do século XX aparecem os estudos, ou método distribucional do norte americano Z. Harris, que livram a análise do texto do viés conteudista. Contudo, esses estudos estenderam o mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto) e procedem a uma análise linguística do texto como o faz na instância da frase, perdendo dele aquilo que ele tem de específico. Por isso não foram eficientes, uma vez que não

² Orlandi (1995, p. 17 e 18) vai nos dizer: “situando-nos no século XX, temos o estudo dos formalistas russos (anos 20/30), que já pressentiam no texto uma estrutura”.

refletirem sobre a significação, tornando o texto apenas uma frase longa (ORLANDI, 2015, p. 16).

Há também os estudos do inglês M. A. K. Halliday, que faz parte do estruturalismo europeu, onde ele inverte a perspectiva lingüística ao lidar com o texto como este sendo uma unidade semântica. Mesmo tendo avançado nas pesquisas, ele acaba estático em suas contribuições, uma vez que não considerou a ideologia como constitutiva do texto (ORLANDI, 2015, p. 16).

Já nos anos 60 do século XX, utilizando como base a interdisciplinaridade entre Lingüística, Marxismo e Psicanálise, a Análise de Discurso provoca um deslocamento teórico ao ir além e buscar conceitos exteriores aos do domínio da Lingüística (ORLANDI, 2015, p. 17).

Politicamente, a Análise de Discurso surge de uma ação transformadora que tinha como objetivo lutar contra o grande formalismo da época. Queria desrobotizar a relação com a linguagem, abrindo um leque de questões no interior da própria lingüística. Assim, a linguagem ganhou um papel importante e primordial na constituição do sujeito e do sentido. A Análise de Discurso foi considerada uma ruptura com a concepção política da época e trouxe a necessidade de intercâmbio com outras áreas das ciências humanas.

No texto “**Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**”, de Michel Pêcheux, publicado em 1983 e traduzido por Eni Orlandi em 2011, cujo principal objetivo era situar o ponto de vista epistemológico da Análise de Discurso da escola francesa fundada por ele, o autor propõe partir das ideologias, para trabalhar sobre os textos, colocando em causa a transparência da língua, e diz que é preciso abandonar as certezas associadas ao enunciado documental.

Ainda na referida obra, Pêcheux (1983) observa a contribuição de Foucault para a Análise de Discurso, que foi levar em conta as posições teóricas e práticas de leitura que fazem do texto um monumento, a construção teórica da intertextualidade, e, de forma mais geral, da interdiscursividade.

Existe uma divisão básica da Análise de Discurso, de certa forma até simplista, mas que é didática para os primeiros contatos com a teoria. Há a AD norte-americana, que apresenta uma tendência a uma declinação mais empírica e com um sujeito intencional e a AD européia, com uma tendência materialista, que

desterritorializa o que se conhece como língua e como sujeito em sua relação com o discurso (ORLANDI, 2003, p. 6).

No Brasil, há várias produções acerca da análise de discurso, que configuram diferentes práticas teóricas, contudo são os trabalhos de Eni Puccinelli Orlandi (vinculada à corrente francesa de AD) que nortearão esta pesquisa. Eni Orlandi é Doutora pela Universidade de São Paulo e Paris/Vincennes e Pós-Doutora pela Universidade de Paris, possuindo inúmeras obras teóricas publicadas sobre a teoria de AD, muitas das quais estão citadas neste trabalho.

Nunes (2007) afirma que uma das marcas da Análise de Discurso brasileira é o modo de “nomear os conceitos, segmentando as palavras, produzindo novas formas materiais (por prefixação, infixação, sufixação), hifenizando, empregando parênteses ou barras, trabalhando a não-coincidência do conceito com ele mesmo”.

1.1 – O materialismo histórico

O Materialismo Histórico é uma tese do marxismo, que, com a ajuda do conceito de modo de produção da vida material, procura explicações para o conjunto de acontecimentos do plano real envolvendo o social, o político, o econômico e o cultural. Trata-se de um método de compreensão e análise do campo da historiografia. O mesmo que coloca sobre a mesa o conceito de lutas de classes.

Sabemos que o Materialismo Histórico é uma abordagem metodológica voltada à compreensão da história, da economia e também da sociedade. Tendo em Karl Marx e em Friedrich Engels os seus precursores, esta teoria entende que os processos de transformação em uma determinada sociedade são motivados pela realidade material dos indivíduos. Althusser (1991, p. 75) afirma que o Materialismo Histórico (teoria das condições, das formas e dos efeitos da luta de classes de Marx) e o Inconsciente (obra de Freud), abalaram o universo cultural da época clássica, bem como da burguesia do século XIX, pois com os estudos desses pensadores, as teorias científicas passaram a abordar áreas como a Economia, Política, Sociologia e Psicologia, áreas essas até então pertencentes às formações teóricas da ideologia burguesa.

O materialismo histórico tem seu fundamento na percepção da realidade partindo da análise das estruturas e superestruturas que estão presentes em um modo de produção. Afirma que a história está conectada à realidade do ser humano, ao observá-lo como um ser produtor de sua condição concreta de vida. A base desta teoria está enraizada no mundo material e os modos de produção são históricos, isto é, devem ser estudados como a forma com a qual a humanidade encontrou para se desenvolver.

Segundo Althusser (1991, p. 77), o trabalho de Marx está ligado a essa percepção material da vida. Está vinculado ao entendimento do ser humano relacionando-se a partir dessa lógica da realidade presente no cotidiano. É ainda a existência da realidade fora do pensamento ou da consciência. Assim, o materialismo de Marx é o inverso do idealismo de Hegel.

Marx entende que as ideias são o reflexo da imagem construída pela classe social dominante. O poder que ela exerce sobre as pessoas está relacionado à ideologia que edifica dentro das mentes da população comum, fornecendo sua visão de mundo. É assim que a ideologia penetra na consciência das pessoas, possibilitando assim a sua exploração. A manutenção da estrutura econômica acontece mediante essa inversão da realidade, que é comumente encontrada na religião, nas leis e nas outras formas de controle. Para Althusser (1991, p. 80), Marx via a luta de classes como algo impiedoso e inconciliável e que a sua teoria era uma ciência de partido, pois a burguesia jamais a aceitaria. Suas ideias seriam combatidas por todos os meios possíveis.

Podemos afirmar ainda que o Materialismo Histórico é de grande relevância e contribuição para o estudo das sociedades e das relações presentes nelas, pois, de modo geral, o enfoque marxista ajuda na compreensão do significado da política a partir do entendimento da lógica global de um sistema de produção, no caso o capitalismo. Este enfoque também propõe a análise da política a partir de uma totalidade social (gênese, desenvolvimento, contradições e relações). Assim, a política é tratada em suas relações com o contexto social e histórico e não em seu aparentemente isolamento. O Materialismo Histórico busca sempre um conjunto amplo de relações, particularidades e detalhes para captar o movimento da política numa totalidade (estabelecer as máximas relações

possíveis) e tenta compreender a natureza das determinações sócio-ontológicas para delimitar os desafios sociais para a superação da autorreprodução do capital.

A Análise de Discurso dialoga com o materialismo histórico, já que a noção de história constitui o território discursivo, uma vez que a história intervém na língua e no processo de constituição dos sentidos. Assim, o que é exterior não tem a objetividade empírica do que está fora da linguagem, já que ela é constitutiva do próprio trabalho dos sentidos atuando nos discursos.

A relação entre a ideologia e a linguagem, que é a base da Análise de discurso, ocorre sob a perspectiva do materialismo histórico, tendo em Althusser a sua principal fonte. Na influência desta teoria encontramos a concepção do indivíduo interpelado, assujeitado ideologicamente e produto de determinações. O próprio Pêcheux, fundador da corrente de pensamento base do nosso trabalho, acreditava no papel central da ideologia, sob a releitura althusseriana, e na noção de interpelação, tendo assim uma inscrição materialista dos seus conceitos.

2 – Breve quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso

Como deve portar-se o pesquisador ante o modo de funcionamento da linguagem? Como proceder? Sabemos que a Análise de Discurso não tem como foco o sentido “verdadeiro” do texto e que o analista deve partir de um método que permita relativizar o seu “eu” durante a interpretação, colocando-se em uma posição que lhe permita ver o processo de produção em suas condições (ORLANDI, 2015, p. 57 e 59).

Ao iniciar a pesquisa, o analista deve, primeiramente, pensar na constituição do *corpus*, delineando seus limites, fazendo recortes, retomando conceitos, noções e observando que a Análise de Discurso, em se tratando da natureza da linguagem, se preocupa com todas as materialidades discursivas, como imagem, som e letra, ou seja, o texto (ORLANDI, 2015, p. 60, 64 e 65).

O texto, em todas as suas formas, é a unidade que o pesquisador tem para trabalhar, sabendo que a Análise de Discurso busca a compreensão do processo discursivo, ou seja, ela problematiza os sentidos que são atribuídos ao

referido texto. Assim, o ofício do analista não é interpretar, mas sim compreender como é o funcionamento desse texto (ORLANDI, 2015, p. 61).

Durante os trabalhos, é fundamental ter a noção de como a linguagem funciona, uma vez que “este funcionamento não é totalmente lingüístico, uma vez que dele fazem parte as condições de produção, que representam o mecanismo de situar os protagonistas e o objeto do discurso”. Esta ideia de funcionamento nos remete à relação estrutura/acontecimento de Pêcheux (1995) e permite ao analista pesquisar não apenas o que as partes significam, mas também as regras que tornam possível qualquer parte. (ORLANDI, 1987 apud PILLA e QUADROS, 2009).

Também é importante estudar os três momentos do processo de produção do discurso, sendo eles: a constituição, que envolve a memória do dizer; a formulação, que se dá em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas; e a circulação, que se insere em certa conjuntura e envolve certas condições (ORLANDI, 2001).

O pesquisador, no caso o analista de discurso, deve colocar o dito em relação ao não dito. O que o sujeito disse em um determinado lugar, comparado ao que foi dito em outro. O que geralmente é dito de certo modo, com o que é dito de outro. Desta forma, terá a oportunidade de ouvir aquilo que o sujeito não disse materialmente em seu texto, mas que constitui, de igual forma, os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2015, p. 57).

Uma vez terminada a pesquisa, não é exatamente sobre o texto que o analista discorrerá, mas sim sobre o próprio discurso, acrescentando ainda que o produto final é o entendimento dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições (ORLANDI, 2015, p. 70).

2.1 – O Discurso

Ao utilizarmos a palavra discurso em nossos estudos, não nos restringiremos em vê-la apenas como uma exposição oral de um texto escrito.

Ampliaremos esta definição ao observá-la como uma construção da linguagem em qualquer materialidade significante.

Sabemos que existem diferentes perspectivas para o estudo e concepção do discurso. Para a Lingüística, instaurada por Saussure, a língua é um sistema autônomo, fechado, trata-se de um sistema de signos convencionados entre os falantes. Para ele, “entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio-termo; todos reproduzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos” (SAUSSURE, 1977, p. 21). Saussure, ao falar de significado traz a noção de valor. Ele diz também que todo signo possui duas faces: o significante e o significado, onde o primeiro é a imagem acústica e o segundo é o conceito.

Ainda sobre Saussure, é importante destacarmos a dicotomia por ele desenvolvida entre língua e fala. Disse que a língua é o “sistema onde tudo se mantém”. Já a fala, essa seria “ocasional, histórica e individual”, e é constituída de variáveis. Assim, quando ele separou a língua da fala, ao mesmo tempo separou o que é social do que é histórico (SAUSSURE, apud ORLANDI, 2006, p. 14).

Já para a teoria da Análise de Discurso da corrente francesa, cuja perspectiva norteará nosso trabalho, existe o entendimento de que o discurso não é apenas uma mera transmissão de dados, isto porque, para o funcionamento da linguagem, que coloca em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, há um complexo processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos, e não apenas transmissão de informação. É dessa relação que surge a compreensão de que o discurso é efeito de sentidos entre locutores e que ele não é algo fechado, é dinâmico e está em curso (ORLANDI, 2015, p. 19, 20 e 69). O discurso mais do que transmissão de informação (mensagem) é efeito de sentidos entre locutores. Desta forma, ele tira a análise de discurso do terreno da linguagem como um instrumento de comunicação (PÊCHEUX, 1969, apud ORLANDI, 2006, p. 14).

Continuando acerca do discurso, Jaqueline Authier-Revuz (2004), de uma perspectiva enunciativa³, discorreu sobre a sua heterogeneidade, cujo

³ Jacqueline Authier vem da lingüística, mas para ela o sujeito e a situação não são apenas acréscimos. Conseqüentemente, ela não propõe que teoricamente se acrescente apenas mais um componente na

conceito diz respeito à presença do “outro” em determinado discurso. A heterogeneidade (cujo pressuposto atribui ao sujeito o seu descentramento e ao “outro” um papel fundamental no discurso do “mesmo”) é fundante, pois a linguagem é heterogênea em sua constituição, assim, a autora busca, baseado em um procedimento, evidenciar as rupturas enunciativas do discurso e apresentar os elementos decisivos para o surgimento de um discurso “outro” no discurso do “mesmo”.

Essa heterogeneidade, segundo Authier-Revuz (2004), tem sua problemática formulada a partir da noção de heterogeneidades enunciativas que podem ser constitutiva e mostrada (marcada ou não marcada). Elas são consideradas como processos distintos, pois o primeiro refere-se “aos processos reais de constituição dum discurso”, e o segundo, aos “processos de representação, num discurso, de sua constituição”. Assim, a autora toma os casos de heterogeneidade mostrada como “formas lingüísticas de representação de diferentes modos de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva do seu discurso” e acredita na existência de dois tipos de enunciados, sendo eles os que mostram a heterogeneidade, com marcas explícitas, e aqueles cujas marcas não são mostradas. Como exemplo de heterogeneidade mostrada e marcada, temos as glosas enunciativas, o discurso relatado (formas sintáticas do discurso direto e do discurso indireto) e as aspas. Já como exemplo de heterogeneidade mostrada, mas não marcada, temos a ironia e o discurso indireto livre, que contam com o “outro dizer”, sem explicitá-lo, para produzir sentidos.

A obra “Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaio Amazônicos”, que é o nosso objeto de estudo neste trabalho, nos possibilita observar esta heterogeneidade do discurso de Euclides da Cunha e a análise de discurso é a

análise, ou se faça só um “puxadinho” teórico. Deixa de lado os discursos da interdisciplinaridade, que se propõem como meros programas de adição, o trabalho de Jacqueline Authier mostra bem a necessidade de novos desenhos no campo do conhecimento, quando se põem em contato diferentes aspectos dos objetos que se analisam. Na relação com a psicanálise, ela não procura substituir-se ao psicanalista: como linguista trata de referir o conhecimento psicanalítico necessário para descrever os mecanismos lingüísticos do sujeito da enunciação. Ela sabe bem que ao psicanalista não interessa descrever, mas ao linguista, sim. O domínio da psicanálise continua sendo o do psicanalista. O que ela transforma é o espaço de compreensão do sujeito no domínio lingüístico. (Prefácio de ENI ORLANDI em Palavras incertas – as não-coincidências do dizer, de Jacqueline Authier-Revuz, 1998, pág. 06 e 07).

teoria que nos permitirá entender estes “outros” presentes/ausentes no discurso do autor em foco quando pensamos as formações ideológicas, discursivas e o inconsciente.

Por fim, cabe salientar que neste trabalho nos atentaremos, principalmente, no discurso de Euclides da Cunha enquanto **autor da literatura, jornalista e cientista**, pois são os efeitos de sentido mais evidentes no nosso objeto de estudo. Não falaremos, nesse trabalho, de forma empírica desses lugares sociais, mas, sim, discursivamente.

2.2 – O discurso e o texto

Qual é o significado de texto? Qual é a sua relação com o discurso? Como está textualizado o nosso objeto de estudo? Já que o discurso literário⁴ de Euclides da Cunha é atravessado pelos discursos jornalístico e o técnico-científico. Nortearmos nossa pesquisa com os ensinamentos de Eni Puccinelli Orlandi, em que, para ela, o **texto** é entendido como uma unidade de sentido em relação à situação discursiva, ou seja, como em seu funcionamento ele produz sentido. Trata-se de uma unidade de análise que está determinada pelas condições de produção. Assim, quando pensamos um determinado texto em seu funcionamento, estamos pensando nele em relação à sua exterioridade (ORLANDI, 2006, p. 16).

Já o **discurso**, é visto por Orlandi como uma dispersão de textos, um efeito dos sentidos entre os interlocutores e algo dinâmico, como já foi dito antes. “O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos, mas uma prática” (ORLANDI, 2001, p. 63 e ORLANDI, 2015, p. 68 e 69).

⁴ O discurso literário de Euclides da Cunha se constitui nesta relação (contraditória) com os discursos científico e jornalístico. Mais do que nos preocuparmos em afirmar ou não que Euclides era um pré-modernista, nossa atenção aqui concentra-se, ao teorizarmos a noção da autoria no campo da literatura, em observar que a ciência e o jornalismo atravessam o discurso do literato, que está na posição de autor, produzindo efeitos de sentidos, que inclusive põem em dúvida o próprio discurso literário, que nessa época, a nosso ver, fica diluído por estes outros espaços de dizer: o científico (sociológico), jornalístico, etc. este é um efeito de sentido interessante de ser observado e de ser estudado. De uma perspectiva histórica podemos afirmar que o espaço de dizer da literatura, seu domínio (o literário) é invadido por outros dizeres, provocando uma disputa, um conflito, que para nós, trata-se de uma questão política, ideológica e histórica.

Orlandi (2015, p. 66 a 68) afirma que “o texto, quando referido à discursividade, é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise”. Essa unidade de análise se estabelece pela historicidade⁵ como uma unidade de sentido em relação à situação. A autora afirma ainda que o texto não é definido pela sua extensão, uma vez que ele pode ter desde uma só letra até mesmo muitas frases, portanto não é a extensão que delimita o que é o texto, mas sim o fato de que, ao ser referido à discursividade, ele se constitua uma unidade em relação à situação. Ela diz também que o texto ser escrito ou oral não muda a sua definição. “Como a materialidade conta, certamente um texto escrito e um oral significam de modo específico particular a suas prioridades materiais. Mas ambos são textos”. A autora ainda afirma que:

Se o texto é unidade de análise, só pode sê-lo porque representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentidos entre locutores. O texto é texto porque significa. Então, para a análise de discurso, o que interessa não é a organização linguística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significante do sujeito em relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: linguístico-histórica.

Para Orlandi (2015, p. 68), “os textos individualizam um conjunto de relações significativas”. Ou seja, os textos são unidades complexas e é por isso que constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica. A autora diz que todos os textos são heterogêneos, pois em um texto não se encontra apenas uma formação discursiva, uma vez que ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante.

Assim, trabalharemos os textos do nosso objeto de estudo como uma unidade de análise que se firma como uma unidade de sentido em relação à situação. Não observaremos, na referida obra de Euclides da Cunha, a sua organização linguística (forma linguística) apenas, pois, na verdade, o que nos

⁵ Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto, mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito (ORLANDI, 2015, p. 66).

interessa é a discursividade textualizada nesta obra, as suas relações com o mundo e as observações dos diferentes processos de significação ali inscritos, ou seja, como realizam a discursividade que os constituem. No nosso procedimento de análise dos textos em questão, procuraremos elucidar as ligações deles com a ideologia (ORLANDI, 2015, p. 66, 67, 68 e 69). Portanto, em nossa pesquisa, visamos passar da materialidade lingüística para a discursiva, isto é, passar da superfície lingüística para a discursividade.

Observaremos o nosso objeto de estudo pelo viés da análise de discurso da corrente francesa, assim, deixaremos evidente que não é o texto em si que nos interessa, mas sim o discurso que está inscrito nele, uma vez que o texto é uma peça do quebra-cabeça que é o processo discursivo. Esta teoria nos possibilitará desvendar como o sujeito se coloca, nos permitindo ir além, com intuito de encontrarmos e compreendermos os processos de produção de sua escrita (ORLANDI, 2001, p. 67 e ORLANDI, 2015, p. 70).

2.3 – A formação discursiva e o interdiscurso

Quando pensamos no sentido de um texto, devemos observar que ele não existe em si mesmo. Este sentido é sempre determinado pelas posições ideológicas assumidas pelo autor, posições estas que podem mudar o sentido das palavras, das expressões e das preposições de acordo com as posições sustentadas por ele. Dessa maneira, as formações discursivas são o reflexo das formações ideológicas na linguagem (PÊCHEUX, 1969, apud ORLANDI, 2006, p. 17).

A formação discursiva trata-se “daquilo que, numa formação ideológica, determina o que pode e deve ser dito”. Assim, o texto recebe o seu sentido através da formação discursiva na qual ele foi produzido (ORLANDI, 2006, p. 17). Essa noção de formação discursiva é fundamental na Análise de Discurso, uma vez que permite entender o processo de produção dos sentidos, bem como a relação desse processo com a ideologia. É importante também para o analista do discurso, já que permite que o analista estabeleça regularidades no funcionamento do discurso (ORLANDI, 2015, p. 41).

Orlandi (2015, p. 42) afirma que “é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos”. Assim, palavras que tenham a mesma grafia podem ter significados completamente diferentes, uma vez que estejam inscritas em formações discursivas diferentes. A autora exemplifica utilizando a palavra “terra”, que para um indígena tem um significado, bem como para um agricultor sem terra ou para um grande latifundiário. Diz ainda que até mesmo se utilizarmos letra maiúscula ou minúscula, os significados são diferentes, desta forma sendo referidas a diferentes formações discursivas. A autora diz também que o trabalho do analista é observar as condições de produção e verificar o funcionamento da memória, para que tenha condições de “remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito”.

Ainda segundo Orlandi (2006, p. 18), o conjunto de formações discursivas acaba por formar um “complexo com dominante” que é denominado de interdiscurso. Este interdiscurso, que é influenciado pelo complexo de formações ideológicas, acaba por determinar a própria formação discursiva. O interdiscurso é responsável por fornecer ao autor do texto (sujeito) a sua realidade enquanto sistema de significações e acaba por não permitir que ele reconheça a sua subordinação, ou assujeitamento ao interdiscurso.

Orlandi (2015, p. 41) diz ainda que as formações discursivas podem ser vistas como “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações”. É o interdiscurso que disponibiliza os dizeres, assim determinando (pelo já-dito) aquilo que cria uma formação discursiva em relação a outra. A autora finaliza afirmando que “dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória”.

2.4 – A memória discursiva

Observando Orlandi (2015, p. 29), a memória é o saber discursivo, o já-dito, os sentidos a que já não temos mais acesso, que foram constituídos ao longo do tempo e que fazem parte de nós. Afirma também que a memória deve ser

pensada em relação ao discurso e tratada como interdiscurso. A memória discursiva é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando casa tomada da palavra”.

Assim, a memória, bem como o interdiscurso, são responsáveis pela constituição do sentido. Ainda em Orlandi (2015, p. 31), “a constituição determina a formulação, pois só podemos dizer (formular) se nos colocamos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)”. A memória constitutiva corresponde a formulações dispersas que constituem as reformulações possíveis.

Segundo Hansen (2009, p. 93), a memória é o encontro entre um já-dito com uma atualidade, perfazendo um jogo de memória, esquecimento e atualidade, de supressão de exterioridade a fim de inscrevê-la no fio do discurso. Diz ainda que a memória conduz à noção de interdiscurso, enquanto a atualização leva ao intradiscurso.

Como já afirmamos, Orlandi (2015, p. 29) acredita que a memória deve ser trabalhada como interdiscurso, pois é nele que os dizeres estão disponíveis, não no próprio sujeito, mas sim no outro, na memória discursiva.

Para Pêcheux (1999), a memória não pode ser concebida como fornecedora de conteúdos homogêneos, acumulados em um reservatório. Trata-se de um espaço móvel de decisões, de deslocamentos e de retomadas, de contradições e de dispersão. Para o autor, toda memória é a remissão necessária ao exterior, ou seja, ao histórico como causa do fato de que nenhuma memória pode ser imaginada sem o exterior.

Por fim, o que é realmente interessante acerca da memória é que, concordando com Hansen (1999, p. 97), independentemente do exterior, a memória é atemporal, isso quer dizer que as retomadas e deslocamentos não pertencem necessariamente ao passado, futuro ou presente. Essa percepção ganha força ao observarmos que o discurso de Euclides da Cunha pressupõe um trabalho com a temporalidade, trazendo para o terreno da linguagem acontecimentos afastados no tempo e no espaço, com o intuito de compartilhá-los com os seus leitores.

2.5 - O sujeito

Para iniciarmos nossos breves estudos acerca do sujeito, devemos considerar a sua relação com a ideologia, uma vez que ela é, segundo Eni Orlandi (2001, p. 100), condição essencial para a sua formação. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que este produza o seu discurso.

Uma vez interpelado pela ideologia, que está materialmente ligada ao seu inconsciente, o sujeito também acaba afetado pela língua, entendida, neste caso, na história e não apenas como um sistema formal. Assim, não existe um discurso sem sujeito e não existe sujeito sem ideologia, lembrando, como já dissemos, que ela e o inconsciente estão materialmente ligados pela linguagem (ORLANDI, 2015, p. 45).

Ainda nesta perspectiva, em relação ao estudo da noção de sujeito, para a análise de discurso, a compreensão do conceito de “forma sujeito” é fundamental. Orlandi (2006, p. 18) cita Althusser (1973), o qual afirma que o ser humano somente poderia ser agente de uma determinada prática se se revestisse da forma-sujeito, que “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais”.

Na sociedade atual, segundo Eni Orlandi (2015, p. 45 e 48), há uma contradição no sujeito. Ele tem liberdade ilimitada e também submissão. Diz tudo o que quer, desde que submetido à língua. Tem a capacidade de determinar o que diz, mas é determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos. É um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Tem liberdade sem limites, mas também submissão sem falhas.

Este sujeito atual, chamado de sujeito de direito ou sujeito jurídico, com toda a sua ambigüidade, é mais bem entendido ao observarmos a sua historicidade. Podemos utilizar como exemplo o sujeito religioso da Idade Média, onde a subordinação imposta ao homem de forma explícita pelo discurso religioso é substituída pela subordinação mais velada às leis. “A submissão a Deus dá lugar a uma crença menos visível” surgindo aí o sujeito de direitos e deveres. O sujeito religioso da sociedade feudal dá lugar ao sujeito jurídico da sociedade capitalista.

Para o indivíduo integrante de uma sociedade contemporânea do ocidente, a vontade é uma das dimensões primordiais do homem (ORLANDI, 2012, p. 66).

Contudo, é necessário ressaltar que há uma distinção entre os conceitos de sujeito-de-direito e de indivíduo. O sujeito-de-direito não é uma entidade psicológica, mas sim efeito de uma estrutura social bem determinada, no caso a sociedade capitalista (ORLANDI, 2015, p. 48 e 49).

Desta forma, submetido às leis, mas crente de que é livre, o sujeito se assujeita e o seu discurso aparenta ser provindo dos seus próprios pensamentos e um reflexo da realidade, que lhe dá a garantia de unidade e controle de sua vontade (ORLANDI, 2001, p. 104). O assujeitamento, submetendo o sujeito ao mesmo tempo em que o apresenta como livre, se faz de modo que o discurso apareça como instrumento do pensamento e um reflexo da realidade (ORLANDI, 2015, p. 49).

Discursivamente, a subjetividade é interessante, uma vez que ela permite a compreensão de como a língua ocorre no indivíduo. A subjetividade está estruturada no acontecimento do discurso, ou seja, o discurso, que é o acontecimento significante, tem como lugar crucial a subjetividade (ORLANDI, 2001, p. 99). Cabe ainda salientar que a subjetivação trata-se de uma questão de qualidade, de natureza. Não se deve qualificar o assujeitamento, pois não se é mais ou menos sujeito, não se é pouco ou muito subjetivado. Assim, quando o sujeito é assujeitado, “não se está dizendo totalmente, parcialmente, muito, pouco ou mais ou menos”, uma vez que o assujeitamento não é qualificável. Se é sujeito pelo assujeitamento à língua, ele se submete à língua (ORLANDI, 2001, p. 100).

2.6 – O autor

A autoria, ou função-autor, é uma função discursiva do sujeito. Trata-se de um princípio necessário para qualquer que seja o discurso, pois mesmo que o texto não tenha um autor específico, sempre será imputada uma autoria a ele, através da função-autor (ORLANDI, 2015, p. 72 e 73).

De acordo com Foucault (2004), na Idade Média a questão da autoria não tinha relevância, pois o que realmente importava era o discurso em si,

enquanto ato e não quem o pronunciou. Contudo, em certo momento histórico, quando o discurso passou a ser usado em atos de transgressão, o poder começa a utilizar mecanismos de controle do que é dito e por quem é dito. Estes mecanismos transformaram o discurso em propriedade, surgindo com a criação de regras sobre os direitos do autor. Assim, o discurso deixa de ser apenas um ato e passa a ser um produto. Este conceito de obra enquanto propriedade é uma das características da função-autor.

A exigência de identidade é outra característica de um texto que circula sob a função-autor. Mesmo pregando que o autor está morto, o anonimato de uma obra não é tolerado, uma vez que os nossos valores culturais exigem que a obra tenha uma assinatura para obter legitimação (FOUCAULT, 2004).

Foucault (2004) observa ainda que o mecanismo função-autor está impregnado de desejo de controle. Certos discursos (como o discurso literário) devem ser legitimados pela função-autor por ser este o mecanismo de controle que lhes cabe para o exercício de dominação, onde o poder precisa controlar sem revelar as suas intenções.

Por fim, Foucault afirma que certos tipos de texto não precisam de autoria, pois de acordo com ele, discursos que envolvem a prática cotidiana formal como contratos, receitas técnicas, decretos, podem até ter uma identificação, uma assinatura, mas não possuem autor, uma vez que não estão veiculados nas características de função-autor (FOUCAULT, 1971, apud ORLANDI, 2015, p. 73).

Contudo, para Orlandi (2015) esta concepção é inexata uma vez que, para a Análise de Discurso, o fato de um discurso apresentar unidade significa que ele tem autor. Os conceitos de unidade e textualidade são dependentes da autoria. Para a Análise de Discurso de linha francesa não há uma distinção entre o sujeito e o autor, uma vez que o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto. A autoria é um princípio da textualidade, é uma função do sujeito (como autor) que fica responsável pelo efeito de fechamento do texto, ou seja, ele é responsável por aquilo que diz e pelo que silencia, bem como pela unidade e coerência do texto. É o efeito que esta função produz.

A autoria é um princípio que levaremos em consideração na análise do nosso objeto de estudo, no caso a obra **“Um Paraíso Perdido: Reunião de**

Ensaio Amazônicos” de Euclides da Cunha. Esta autoria, segundo ORLANDI (2015, p. 74), deriva da função-autor, que é responsável por dar unidade ao texto e dele é exigido, de forma empírica, coerência, respeito à norma culta, obediência às regras textuais, explicitação, pensamento claro, originalidade, relevância e progressão de seu texto. Estas exigências servem para tornar as intenções e objetivos do sujeito visíveis. Ao observarmos o recorte abaixo:

O homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em *sacados*, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em *furos* que se anastomosam, reticulados e de todo incharacterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos. (CUNHA, 2000, p. 116)

Notamos que Euclides está na posição de autor da referida obra, dando-lhe o devido sentido. A autoria, conferida a Euclides, nasce do diálogo estabelecido entre os seus textos e discursos, fazendo com que ele assuma a responsabilidade que é conferida ao autor, no que se refere a dar ao texto o acabamento necessário, mesmo que seja, de certa forma, uma ilusão. Podemos observar estes aspectos da autoria no recorte mencionado acima, pois ele está repleto de descrições bem detalhadas e metáforas escritas de forma coerente, coesa e respeitando as regras textuais e normas estabelecidas, garantindo a não-contradição e duração do texto.

No entanto, quando, discursivamente refletimos sobre essa noção de autoria, compreendemos que o sujeito ao assumir a posição de autor, passa a exercer a função-autor e desta perspectiva, este sujeito (autor) apenas tem a ilusão de que seu texto tem uma unidade, é coerente e claro, que tem começo, meio e fim. Na verdade, estes são efeitos de sentidos produzidos pelo sujeito, da posição de autor, pois como já dissemos, este controle dos sentidos do texto e de sua heterogeneidade só é possível falando empiricamente. De nosso ponto de vista, temos a dizer que nenhum texto se fecha e nunca é homogêneo, o que encontramos

é a incompletude e a heterogeneidade que são constitutivas de todo texto/discurso. Desse modo, é impossível eliminar a contradição que é constitutiva dele. É dessa perspectiva que estamos olhando para o nosso objeto de estudo nesse trabalho.

2.7 – A ideologia

A ideologia foi vista por Cabanis e Destutt de Tracy como a teoria genérica das idéias. Marx a viu como um sistema de idéias que domina o espírito de um homem de um grupo social. Para ele a ideologia expressa a relação entre “formas invertidas” da consciência e a existência material do homem. Haveria uma distorção do pensamento, cuja origem se daria em função das contradições sociais. Essa distorção teria como principal função ocultar essas próprias contradições. Contudo, este conceito foi se transformando dentro da própria pesquisa produzida por Marx e, posteriormente, pelas releituras de Marx feitas por autores como Althusser, Gramsci e Luckács (PANTONI e TFOUNI, 2004).

Para Louis Althusser (1992, p. 85), que propôs o mais influente conceito de ideologia das últimas décadas, ela é a representação imaginária que interpela os sujeitos a tomarem um determinado lugar na sociedade, mas que cria a ilusão de liberdade do sujeito. A reprodução da ideologia é assegurada por aparelhos ideológicos (religioso, político, escolar etc.) em cujo interior as classes sociais se organizam em formações ideológicas.

Bebendo na fonte de Althusser, Michel Pêcheux trabalha nas relações entre discurso e ideologias, que é a discussão que nos interessa nesta pesquisa.

Pêcheux demonstra o papel primordial que a ideologia representa no processo de interdição dos sentidos. Apresentando o conceito de condições de produção, ele infere que o discurso é efeito de sentidos entre os interlocutores e que os indivíduos não estão livres para escolher o que dizer, uma vez que este dizer estará sendo afetado pelo “já lá”, que são sentidos construídos historicamente a partir das relações de poder. Pêcheux também denomina o “já lá” de interdiscurso ou “o todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 1995, p. 162).

Desta forma, Michel Pêcheux revela que o “*caráter material*” dos sentidos somente é possível uma vez que “*a materialidade concreta da instância ideológica existe sob a forma de formações ideológicas, que, ao mesmo tempo, possuem um caráter ‘regional’ e comportam posições de classe*”. Assim afirma que na luta de classes não há “*posições de classe que existam de modo abstrato e que sejam aplicadas aos diferentes ‘objetos’ ideológicos regionais das situações concretas*” (PÊCHEUX, 1995, p. 146). A materialidade ideológica só é possível de ser apreendida a partir da materialidade lingüística, que aparece nas formações discursivas. A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica consiste justamente nesse assujeitamento ideológico que conduz cada pessoa a acreditar que, a partir de sua livre vontade, pode se colocar, sob a forma discursiva, no lugar de uma ou outra classe social, antagonistas no modo de produção (PÊCHEUX, 1995, apud PANTONI e TFOUNI, 2004).

Essa interpelação do sujeito em sujeito ideológico, ou sujeito do discurso, se efetua pela identificação do sujeito com “**a**” formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora de unidade (imaginária) do sujeito apoia-se no fato de que elementos do interdiscurso, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito (PÊCHEUX, 1995, p. 163).

O uso do artigo definido “**a**” para se referir à formação discursiva que o constitui não é algo irrelevante, uma vez que não é possível ser uma formação indeterminada, mas sim uma específica, que se relaciona com a posição possível para o sujeito ocupar e com a forma-sujeito.

Essa unidade imaginária que fornece a cada sujeito a “sua realidade”, só é possível através de uma submissão aos significantes da língua. Isso é o mesmo que afirmar que a língua funciona no sujeito cada vez de modo diferente, pois esse assujeitamento não se dá da mesma maneira para cada falante da língua. Daí a noção de que não há uma relação direta e automática do discurso com uma dada situação empiricamente descritível (PANTONI e TFOUNI, 2004).

Para Eni Orlandi (1996, p. 48): “ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente –

ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique”. Assim, o sujeito pode, através de seu discurso, evidenciar uma identificação com a ideologia da classe dominante, mesmo não pertencendo a essa classe, e sem ter consciência disso.

Tendo em vista estas definições, como devemos lidar com os sujeitos? Vimos anteriormente que a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos, ou seja, ela existe para os sujeitos concretos e isso somente é possível pelo sujeito. Assim, não podemos nos esquecer que tanto o autor de um texto, no nosso caso, Euclides da Cunha, como o seu leitor são sujeitos ideológicos, ou seja, habitam na ideologia. “O homem é por natureza um animal ideológico”. Todos nós somos sujeitos, e como tais, exercemos rotineiramente os rituais de reconhecimento ideológico, que nos garantem afirmar que somos sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e insubstituíveis (ALTHUSSER, 1992, p. 93, 94 e 95).

2.8 – As condições de produção

Como definir as condições de produção de um discurso? Segundo Eni Orlandi (2015, p. 28 e 29), em sentido estrito, seria o contexto imediato; e já em sentido amplo, elas teriam que incluir também o contexto sócio-histórico e ideológico. Contudo, sabemos que elas compreendem os sujeitos, as situações e a memória.

Louis Althusser (1992, p. 54) afirma que toda formação social é um produto de um determinado modo de produção dominante, assim o processo de produção busca as forças produtivas existentes nas relações de produção previamente definidas. Diz ainda que toda formação social, para existir, produz e reproduz as condições de sua produção, ou seja, produz as forças produtivas e as relações de produção existentes.

Esta relação de forças está presente nas práticas discursivas, e para a entendermos melhor, basta constatarmos que há uma desigualdade real na relação entre os homens e que há um discurso dominante, uma ideologia que os cercam. Desta forma, o sujeito exposto a essa ideologia, produz um conhecimento que não é

ensinado, mas que está em pleno vigor, produzindo seus efeitos na sociedade. Isso somente é possível uma vez que o sujeito seja exposto às condições de produção, tanto as estritas quanto as amplas, anteriormente citadas (MEDEIROS, 2008, p. 50).

2.9 - A interpretação

A interpretação é um dos objetos de estudo da Análise de Discurso, uma vez que ela busca entender de que forma os objetos simbólicos produzem sentidos, trabalhando os limites e mecanismos desta interpretação como parte do processo de significação. A interpretação é o sentido em se tratando de co-texto e contexto imediato. Sabemos que compreender é ter a ciência de como um determinado objeto simbólico produz os seus sentidos, buscando a exploração destes processos de significação que estão presentes nos textos (em todas as suas formas = forma material), permitindo que se possa enxergar os sentidos que ali estão, mesmo os silenciados, e entendendo de que forma eles se constituem (ORLANDI, 2015, p. 23 e 24).

Observamos ainda que há relação entre interpretação e ideologia. Quando analisamos o funcionamento da linguagem, o sujeito é constituído por certos gestos de interpretação que pertencem a sua posição. Assim, é pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, que se caracteriza pela fixação de um conteúdo e pela estruturação ideológica da subjetividade. “O sujeito é a interpretação. Fazendo significar, ele significa” (ORLANDI, 2001, p. 22).

Nunes (2007), citando a obra “Discurso: estrutura ou acontecimento” de Pêcheux, afirma que na Análise de discurso há um “vai-e-vem” entre descrição e interpretação. Que a descrição e a interpretação funcionam de forma alternada, sem serem indiscerníveis, ou seja, de um lado há o real da língua em sua espessura e em sua sujeição ao equivoco; e de outro lado há as interpretações, os discursos possíveis, que funcionam sob a base linguística. Segundo Nunes, com essas ideias de Pêcheux, pode-se observar a posição do analista diante da descrição e da interpretação, onde ele inseriria um terceiro termo: a compreensão – que é uma marca da incompletude, do silêncio e do possível para o analista.

Sabemos, então, que a interpretação é um conceito caro à Análise de Discurso. Desta forma, como deve proceder o estudioso da disciplina no momento da análise de um determinado texto? Segundo Eni Orlandi (2015, p. 25 e 26), o pesquisador deve formular a questão que liberte e mova a sua análise, assim possibilitando empregar conceitos segundo os dispositivos teóricos da disciplina.

Uma vez terminada esta análise, o pesquisador terá que interpretar, de acordo com a teoria que se filiou, todos os resultados do estudo, e deve ficar atento em saber que a sua interpretação tem que fazer parte do objeto da sua pesquisa e que não há descrição sem interpretação, ou seja, ele mesmo participa da interpretação. Esse é o motivo da utilização de um dispositivo teórico que intervenha na relação do pesquisador com a sua pesquisa, permitindo que ele se coloque em uma posição deslocada, para que assim, vislumbre o processo de produção de sentidos (ORLANDI, 2015, p. 26, 58 e 59).

2.10 – O imaginário na Análise de Discurso

No artigo “Discurso, Imaginário social e Conhecimento”, Eni Orlandi (1994) diz que na Análise de Discurso, as relações do sujeito com o mundo são constituídas pela ideologia, que por sua vez é vista como sendo o imaginário que medeia as relações do sujeito com as suas condições reais de existência.

Para Orlandi (2015), a Análise de Discurso reconhece a importância que a imagem tem na constituição do dizer, uma vez que o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem. O discurso sempre pressupõe um destinatário que está em um lugar certo na estrutura da formação social. Este lugar certo está representado no processo discursivo a partir de uma gama de formações imaginárias que apontam o lugar onde o sujeito e o destinatário se atribuem mutuamente, é a imagem que é feita de seu lugar e do lugar do outro, ou seja, o que ocorre nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que acabam por designar o lugar que os sujeitos atribuem a si mesmos e ao outro, bem como a imagem que fazem também do seu lugar e do lugar do outro no discurso. É “a imagem que se fazem uns dos outros os participantes do diálogo” (PÊCHEUX, 1997, p. 85 e 86).

O imaginário tem capacidade de determinar mudanças nas relações sociais, bem como também constituir práticas. Isso se deve à sua relação com a história, uma vez que se tirarmos a história, a palavra vira imagem pura (lembrando que não estamos pensando história como cronologia, mas sim como filiação).

Orlandi (1994) afirma que não existe relação direta entre a linguagem e o mundo, pois essa relação não é direta, contudo funciona como se assim o fosse, e o motivo é o imaginário. Orlandi cita Sercovich (1977), ao dizer que “a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade”. E é por isso que existe o efeito de evidência, e uma ilusão referencial. Contudo, ela observa que a transformação do signo em imagem é produto da perda do seu significado e do seu apagamento enquanto unidade cultural ou histórica, e assim produzindo sua “transparência”. Ela diz também que se tirarmos a história, a palavra se transforma em imagem pura, e é essa relação com a história que mostra a eficácia do imaginário, que é capaz de determinar transformações nas relações sociais e de constituir práticas.

Voltando para o nosso objeto de estudo, podemos dizer que Euclides da Cunha vem para a floresta amazônica interpelado por uma formação ideológica e com um imaginário pronto sobre si e sobre o outro que encontraria aqui. Desta forma, o seu discurso é o resultado das relações sociais e históricas em que viveu, como veremos mais aprofundadamente nas análises em um capítulo próprio deste trabalho.

II – O BRASIL DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE EUCLIDES DA CUNHA

As formações ideológicas (...) comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa, etc.) a partir de um aposição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX, 1997).

Euclides da Cunha (1866 a 1909) viveu o período da segunda metade do século XIX e início do século XX, uma época em que o Brasil passou por diversas mudanças fundamentais nos campos políticos, sociais e conseqüentemente na forma de ver e entender a nova realidade. Trata-se de um espaço historicamente indistinto para a literatura, onde muitas áreas do conhecimento científico se fundiam a ela, como o jornalismo, a geografia, a história, etc.

Nesse período tivemos mudanças na forma de governo e uma nova Constituição, bem como o início da substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. As fazendas de café e outras lavouras brasileiras modernizaram-se e as cidades cresceram e nelas as primeiras indústrias se instalaram, principalmente entre 1850 e 1860, que foi quando ocorreu uma espécie de surto industrial no Brasil, pois foram inauguradas várias fábricas que produziam chapéus, sabão, tecidos de algodão e cerveja, artigos que até então eram exportados do exterior. Foram também fundados bancos, companhias de navegação a vapor, companhias de seguro e estradas de ferro, assim como empresas de mineração, transporte urbano, gás, etc. (ALENCAR, 1996)

Esta industrialização proporcionou que províncias como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais se tornassem polos de atração para trabalhadores rurais que, encurralados pelo latifúndio, se deslocassem para a cidade à procura de uma vida melhor e empregos nas fábricas. Contudo, as condições de trabalho para os operários eram bastante precárias, surgindo assim, neste período, as primeiras grandes greves. Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, a jornada de trabalho podia chegar a 16 horas e a mão-de-obra infantil e feminina era usada de

maneira indiscriminada, não havendo nenhuma regulamentação salarial (Alencar, 1996).

A gradual modernização do país, que transformaria a sociedade rural e escravocrata em uma sociedade urbana industrial, favoreceu o aparecimento da classe média brasileira e uma incipiente luta de classes. Sobre esse momento, podemos utilizar a definição de formação social de Althusser (1992), que teorizou sobre práticas vinculadas à luta de classes, onde, segundo o autor, toda formação social resulta de um modo de produção dominante e, para existir, deve, ao mesmo tempo que produz, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes.

Sabemos que essas transformações ocorrem de forma lenta e não atingiram todas as regiões do país. Regiões do Nordeste, por exemplo, poderiam ser descritas como imensas terras cercadas com trabalhadores escravos, pois tratavam-se de pequenos núcleos urbanos, nos quais os únicos edifícios de destaque eram a igreja e a câmara municipal. Lugares marcados pelo poder dos proprietários de terras. Na região Norte também não era diferente, apenas duas cidades, Belém e Manaus, se desenvolveram de forma acelerada, contudo os pequenos lugarejos e, principalmente, nos seringais, o trabalho análogo à escravidão era muito comum.

Agora, voltando nossos olhos para a História e para a produção literária, sabemos que o pensamento científico desse período está intrinsecamente relacionado à afirmação de uma sociedade burguesa e capitalista, onde a ciência histórica se afirma como razão de Estado vinculada aos interesses políticos. A força política, segundo Ribeiro (2005, p. 44), passa da transcendência para a imanência, surgindo o nacionalismo, que é utilizado pelos governantes para despertarem no povo um sentimento de pertencimento.

Averiguamos que este é um dos motivos de percebermos nos textos de Euclides da Cunha toques de nacionalismo, certa busca por uma identidade nacional, um herói nacional. Notamos ainda que a erudição e o discurso racional são sintomas da busca por essa identidade nacional, que tem necessidade da verdade e da afirmação de que o que foi produzido é conhecimento científico. Inconscientemente, os discursos dos autores desse período acabaram por

fortalecer o Estado, onde, segundo Ribeiro (2005, p.45), os governantes, em seu dirigismo cultural, disponibilizaram uma grande massa de documentos para o historiador com a finalidade de estimular a organização da pesquisa voltada à erudição moderna, objetivando aprofundar o estudo da história nacional.

Este foi o ambiente em que as obras de Euclides da Cunha foram criadas. Inseridas no modelo capitalista de produção e dos princípios burgueses de sociedade da liberdade e felicidade. A cultura intelectual passa a ser o conceito utilizado para definir cultura e o conhecimento científico é influenciado pelas estruturas sociais resultantes. O conceito de civilização foi idealizado através das concepções de progresso, tendo no etnocentrismo o suporte ideológico para o novo colonialismo.

III – A HISTÓRIA E A ANÁLISE DE DISCURSO

Em história, em sociologia e mesmo nos estudos literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência: trata-se, para além da leitura dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito e do Estado), de se por na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido (PÊCHEUX, 2006).

Observando os escritos de Pêcheux (1997), a Análise de Discurso, ao interpelar e contestar a Linguística, acaba por se fundar enquanto saber científico. Ela posiciona a história como um dos aspectos fundamentais para o seu desenvolvimento bem como analisa o quanto a história influencia o discurso dos sujeitos. Para a Análise de Discurso, os fenômenos históricos, sociais, políticos e ideológicos são parte constituinte do discurso e modificam o seu sentido, pois o fator externo é determinante para o funcionamento da língua.

Segundo Orlandi (2015), a língua tem sua ordem própria, contudo é relativamente autônoma e a história tem o seu real afetado pelo simbólico, uma vez que os fatos reclamam sentidos. Assim, o sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam. “Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia”. Desta forma, a história, quando vista de forma tradicional, volta-se para a política. Contudo, quando revisitada pela Análise de Discurso, passa a se interessar por todas as atividades humanas. A base filosófica dessa história (aos olhos da AD) é a ideia de que a realidade é social e culturalmente constituída. Dito isto, não há distinção entre o que é central e periférico na história.

Ainda em Orlandi (2015), ela afirma que, etimologicamente, a palavra discurso traz a noção de “curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem”. Ele é efeito de sentido entre locutores. Esses efeitos de sentido devem ser pensados observando determinado acontecimento histórico em determinada época, pois dizer que a Terra é quadrada nos dias atuais traz efeitos de sentido completamente distintos daqueles produzidos no século XVI.

Para Nunes (2007), na Análise de Discurso utilizamos o termo “historicidade”, que funciona de forma a deixar clara a posição do analista de discurso em relação à posição do historiador. Segundo o referido autor, para o historiador a história é vista como conteúdo e para o analista de discurso é concebida como efeito de sentidos, ela não é vista como se fosse um pano de fundo, um exterior independente, mas sim como constitutiva da produção de sentidos. “Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certitude” (NUNES, 2007).

Paul Henry (1994, p. 42) concebe a história como uma combinação de mecanismos e de processos por si mesmos a-históricos:

Nesse sentido a história não existe mais para nós senão de modo descritivo e estritamente empírico. Enquanto tal, ela é impensável. Não digo que devemos lamentar isso, dado que, ideologicamente, as concepções gerais de história até aqui avançadas serviam a dar um semblante de legitimação e de necessidade, na medida em que elas implicavam ou que a história tivesse por si mesma um sentido definido e inelutável, ou que dependeria de nós que ela o tivesse.

Henry (1994, p. 51 e 52) acredita que não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça uma interpretação e exija a descoberta de suas causas e consequências. Para ele a história consiste em “fazer sentido”, mesmo que em cada caso esse sentido possa despertar opiniões distintas.

A história, com certeza, é parte primordial para a compreensão do sentido dos enunciados, visto que cada acontecimento histórico gera um acontecimento discursivo, mesmo que o enunciado seja o mesmo. Para Pêcheux (1997), na Análise de Discurso, um acontecimento histórico é concebido como um evento, como um fato empírico fundacional que será discursivizado por diferentes posições de sujeito; no entanto, esse próprio acontecimento já é resultado de uma discursividade anterior. O acontecimento histórico é da ordem da realidade (do que está posto); esta, por sua vez, já é resultado de uma construção discursiva, criada a partir do real; a realidade está para “uma verdade”, como elemento passível de observação.

Pêcheux (1997) entende que quando um acontecimento histórico estabelece uma ruptura capaz de gerar outra formação discursiva, se está diante de um acontecimento discursivo que rompe com a “estabilidade” anterior e inaugura uma outra “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com as materialidades lingüística e histórica. A ruptura, instaurada pelo acontecimento discursivo, é

fundacional, no sentido de que instaura o “novo”; o acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado, mas, por outro lado, um acontecimento só é considerado histórico quando o mesmo se torna discurso. Ele ainda observa que “o acontecimento discursivo é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória; é ele que desestabiliza o que está posto e provoca um novo vir a ser, reorganizando o espaço da memória que ele convoca”.

Segundo Orlandi (2015), os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer do texto, também fazem parte dele.

Ao falarmos, mesmo sem intenção, nos filiamos a várias redes de sentidos, uma vez que não sabemos por que somos afetados por determinados sentidos e não outros. Orlandi (2015) ainda que a nossa relação com os sentidos é determinada pelo acaso, pela história, pelo equívoco e pelo jogo da língua. Assim, a Análise de Discurso tenta entender não o sentido, mas essas relações, esse saber que não se ensina e nem se aprende, mas que produz seus efeitos. Ela afirma também que o sentido não existe em si próprio, mas que está determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Estas palavras mudam de sentido de acordo com as posições dos sujeitos que as usam e tiram seu sentido dessas posições, ou seja, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

Orlandi (2015) diz que nós “trabalhamos continuamente a articulação entre estrutura e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato”. Que estamos sujeitos à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado. Os sentidos são sempre constituídos através da fala do outro que atravessa o discurso atual e se produzem sempre através de uma atualidade e uma memória: a heterogeneidade constitutiva do discurso. Desta forma, esse caráter heterogêneo insere o discurso na História: todos os discursos sempre retomam e dialogam com outros discursos já-ditos. Os sentidos acontecem por razão desse caráter histórico. A produção de sentido se dá nesse jogo entre a repetição e os deslocamentos. O objeto passa a ser a relação entre intradiscurso e interdiscurso, para a compreensão das relações entre a estrutura e o acontecimento. Assim, todo discurso provém de um momento que já foi dito, que já foi visto, porém reconfigurado em outro momento.

Os conceitos de Análise de Discurso se baseiam na historicidade do sentido. A própria noção de sentido já traz uma historicidade. Para que o sentido de um enunciado seja compreendido, deve-se já ter tido acesso aos constituintes desse enunciado em um outro momento. Caso não tenha, não se efetivará a sua atribuição de sentido. O sujeito é histórico. A história, para a Análise de Discurso, não tem a ver com a cronologia, mas com sentidos retomados que já haviam sido esquecidos. Em outras palavras, a historicidade do sentido não tem a ver com o tempo cronológico.

IV – O DISCURSO JORNALÍSTICO DE EUCLIDES DA CUNHA

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO e PRADO, 1980, p.19).

Euclides da Cunha, empiricamente falando, além de autor da língua, foi também um jornalista, ao menos nos quesitos que definiam o exercício desta profissão em sua época, ou seja, o final do século XIX e início do século XX. Com 19 anos (1884), funda com colegas da escola Aquino o jornal *O Democrata*. Em 1887, começa a colaborar com a edição da *Revista da Família Acadêmica*. No ano seguinte colabora com a edição da série *A Pátria e a Dinastia*, no jornal *A Província de São Paulo*. Contudo, foi em 1897, como correspondente de guerra do jornal *O Estado de São Paulo*, que foi para o sertão da Bahia acompanhar a *Guerra de Canudos*, cujos relatos geraram o livro *Os Sertões*, sua obra mais célebre (fonte: www.euclidesdacunha.org.br).

A imprensa brasileira tem o seu início com a colonização portuguesa, principalmente, quando a Corte do Rei Dom João VI veio para o Brasil em 1808, fugindo de Napoleão Bonaparte. Este período ficou marcado pelo início da circulação de periódicos na colônia. Inicia-se assim uma nova era, onde a opinião pública passa a ser lida nos impressos que circulavam na Corte. Esses impressos são conhecidos na história do jornalismo como *imprensa panfletária* e quem nela escrevia era conhecido como *jornalista panfletário*. Nesse período, a imprensa tinha a missão política e pedagógica de difundir ideias numa época de transformações (FLORES, 2011).

A partir de 1821, com a interrupção da censura prévia dos impressos, houve uma grande proliferação de periódicos, em especial no Rio de Janeiro. Muitos desses jornais não conseguiram se firmar, tendo publicado apenas algumas edições, mas foi nesse período do século XIX que mais se discutiu na imprensa a situação política do Brasil, tendo como tema principal a emancipação política de Portugal (FLORES, 2011).

Giovanna Gertrudes Benedetto Flores (2011, p. 44) considera o discurso jornalístico como um discurso pedagógico autoritário, uma vez que nele, o professor detém o saber, disponibilizando esse saber para os alunos por meio de estratégias que fazem parecer que o que ele diz é uma verdade incontestável, tirando do aluno a chance de questionamentos. Afirma ainda que o jornalismo utiliza a atualidade, o gosto, o interesse do público, a veracidade e a facilidade como critérios de assimilação para considerar um determinado acontecimento como notícia. Segundo Giovanna Flores, esses critérios são assumidos pelos sujeitos-jornalistas como “verdades tácitas”, podendo ser somente aquelas, naquele momento. Essa notícia pode ser considerada ainda como um produto vendável que atende às necessidades e às exigências do mercado, que nesse caso é o público leitor, sensibilizando e chamando a atenção para a informação (FLORES, 2011, p. 45).

Giovanna Flores afirma ainda que este fato não significa que o jornalista tem interesse de recortar o sentido, mas que, ao contrário, “essas determinações ‘prévias’ são assimiladas e assumidas como ‘obviedades’ por todos os sujeitos (re)produtores desse discurso (autocensura). Dito de outra forma, os sujeitos-jornalistas ao escolherem determinadas fontes para a reportagem, o fazem a partir da formação discursiva em que se encontram” (FLORES, 2011, p. 46).

Bethania Mariani (1998) diz que as “técnicas” de redação de notícias têm como objetivo construir o mito da informação jornalística, responsabilizando os próprios jornalistas “pelo relato mais ou menos fidedigno dos fatos, que resulta em um “poder dizer”, sem que se tenha controle disso. Ou seja, o discurso jornalístico atua no cotidiano, “definindo” quais os assuntos que interessam aos leitores, organizando direções de sentidos dessas leituras, sem que esse leitor perceba esse processo.

Ao tentar retratar o cotidiano, o discurso jornalístico se insere no inesperado, possível ou previsível, buscando fatos que já estão na memória do leitor. Desse modo, organiza filiações de sentidos possíveis para o acontecimento, tanto no presente como para o futuro. “Para tanto, os jornais nomeiam, produzem explicações, enfim, ‘dirigem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse

processo de encadeamento cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos” (MARIANI, 1998, p. 60).

O discurso jornalístico, em sua diversidade e sua heterogeneidade interna, permite ao analista do discurso compreender a presentificação, a materialização do político, entendido como divisão dos sentidos socialmente produzidos, tomados em sua historicidade. Por isso uma das características do discurso jornalístico é atuar na institucionalização social de determinados sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social. “Nos jornais se reassegura a continuidade do presente ao se produzirem explicações, ao se estabelecerem causas e consequências, enfim, ao se ‘desambiguar’ e ordenar a heterogeneidade do presente” (MARIANI, 2007, p. 215).

Sabemos que a historiografia teve um ganho considerável quando passou a utilizar os jornais como fonte de consulta, tratando a imprensa escrita como uma possibilidade de análise e ressignificação do passado e reconhecendo nela uma importante fonte documental. Isto, porque a imprensa escrita enuncia discursos e expressões, tornando-se assim, agente histórico ao intervir nos processos e episódios.

Euclides, que é um autor literato, tem o seu discurso atravessado pelo discurso jornalístico, como podemos observar no recorte abaixo:

A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam, de um lado, pela beirada dos rios, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores. O rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia e nula. Mas todos esses males, que fora longo miudear, e que não velamos, provêm, acima de tudo, do fato meramente físico da distância. Desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade seqüestrada ao resto do país. (CUNHA, 2000, p. 114).

Como já foi dito anteriormente, para MARIANI (1998, p. 61 e 63), o discurso jornalístico tem como peculiaridade a submissão ao jogo das relações de

poder, bem como uma adequação ao imaginário do homem ocidental de liberdade e de bons costumes. É efeito da literalidade provinda da ilusão da informatividade. Com intuito de transmitir informações, apresenta dados, esquemas, desenhos, croquis, bem como uma infinidade de definições, explicações e questionamentos, focando acontecimentos singulares provindas de generalizações, fazendo os leitores crerem que os fatos são tais como foram apresentados, utilizando uma linguagem objetiva. O discurso jornalístico tem como característica atuar na institucionalização social de sentidos, contribuindo na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro. O recorte da obra de Euclides da Cunha que analisamos acima apresenta claramente o funcionamento deste discurso jornalístico no discurso do autor.

V – O DISCURSO CIENTÍFICO DE EUCLIDES DA CUNHA

É a formação discursiva que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada. Isso significa que as palavras, expressões etc. recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas. Na formação discursiva é que se constitui o domínio de saber que funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (o que pode e deve ser dito) e, ao mesmo tempo, como princípio de exclusão do não formulável. (ORLANDI, 2012).

Sabemos que o advento da escrita acabou por formar uma cultura letrada nos ambientes onde ela foi introduzida e disseminada. Assim, o discurso passou a ser analisado como um produto acabado de uma reflexão num dado momento, representando, desta forma, um posicionamento consciente de quem o produziu. Segundo Bersot e Lima (2012, p. 298), este discurso possui uma verdade e ainda apresenta significados que apontam para posições distintas dos significantes que os originaram. Michel Foucault (1985, p. 53) afirmou que a evolução da ciência teria base na premissa onde poder e saber estariam ligados intrinsecamente, e que buscavam, por meio do discurso, "esquivar a verdade insuportável e excessivamente perigosa" sobre seu objeto.

Assim, os estudiosos afirmavam que a ciência não tinha como objetivo impedir a difusão do conhecimento, mas sim, inscrevê-lo num complexo universo de significados que ocultasse o transcorrer de suas descobertas e a constituição dos resultados, bem como exercer um controle sobre os discursos produzidos e saberes que seriam socialmente disseminados (BERSOT e LIMA, 2012, p. 289).

O discurso é de grande importância para a ciência, pois é através das diferentes convicções presentes nas representações discursivas que são definidas e delimitadas certas áreas do conhecimento, bem como propicia a busca pela objetividade e universalidade (BERSOT e LIMA, 2012, p. 290). Esse posicionamento dos estudiosos tem como consequência o surgimento de uma linguagem única, uma metalinguagem científica, que segundo Foucault (2004, p. 13), permite o controle e a definição de regras que diferenciam o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro, efeitos específicos de poder. Essa metalinguagem

científica é constituída por terminologias e códigos que circulam dentro da comunidade científica, os quais são dominados apenas pelos “iniciados”, por seus membros e pares, através de um longo treinamento.

No texto “A Natureza e os Dados – a constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo”, Eni Orlandi (1994, p. 49 e 50) afirma que durante o século XVI, os discursos predominantes na cena da cientificidade versavam sobre a cultura, os costumes e a religião. Já no século XIX, esses discursos foram substituídos pelo inventário das espécies, isto é, os relatos dos viajantes e missionários deram lugar às descrições e às classificações da fauna, flora, língua, habitantes, raças, etc.; o que segundo Orlandi, trata-se de uma “laicização da retórica” que acaba por anunciar os traços do liberalismo e do positivismo, cujo discurso correspondente é o discurso dos naturalistas.

O discurso naturalista tem como características principais a descrição de aspectos naturais do solo, das plantas, dos animais, do relevo e dos tipos humanos (ORLANDI, 1994, p. 50). No caso do nosso objeto de estudo, há várias passagens/seqüências na obra de Euclides da Cunha em que o seu discurso é atravessado pelo discurso científico e ele é determinado por este discurso, que tem visibilidade no seu dizer e nas marcas do seu dizer naturalista, de modo que podemos encontrar várias descrições, como as materialidades discursivas que seguem:

A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza. Nos meios-dias silenciosos – porque as noites são fantasticamente ruidosas –, quem segue pela mata, vai com a vista embotada no verde-negro das folhas; e ao deparar, de instante em instante, os fetos arborescentes emparelhando na altura com as palmeiras, e as árvores de troncos retilíneos e paupérrimos de flores, tem a sensação angustiosa de um recuo às mais remotas idades, como se rompesse os recessos de uma daquelas mudas florestas carboníferas desvendadas pela visão retrospectiva dos geólogos.” (CUNHA, 2000, p. 116).

A fauna singular e monstruosa, onde imperam, pela corpulência, os anfíbios, o que é ainda uma impressão paleozóica. E quem segue pelos longos rios não raro encontra as formas animais que existem, imperfeitamente, como tipos abstratos ou simples elos da escala evolutiva. A *cigana* desprezível, por exemplo, que se empoleira nos galhos flexíveis das oiranas, trazendo ainda na sua asa de vôo curto a garra do réptil...” (CUNHA, 2000, p. 116).

O rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra.” (CUNHA, 2000, p. 120).

Eni Orlandi (1994, p. 53) afirma também que a pesquisa de campo é um produto do discurso naturalista. Este método de observação é o que se instalou como prática científica no século XIX e é claramente encontrado no discurso de Euclides, onde o autor, além de efetuar suas próprias pesquisas de campo, como vimos nos recortes acima, cita os trabalhos de outros naturalistas, como o biólogo Alfred Russel Wallace (CUNHA, 2000, p. 115), os geógrafos Alexander Von Humboldt (CUNHA, 2000, p. 115) e Willian Morris Davis (CUNHA, 2000, p. 131), os exploradores Henry Walter Bates (CUNHA, 2000, p. 117 e 120) e Willian Chandless (CUNHA, 2000, p. 134), os antropólogos Karl Von Den Steiner (CUNHA, 2000, p. 144) e Carl Friedrich Philipp Von Martius (CUNHA, 2000, p. 343) e o botânico Jacques Huber (CUNHA, 2000, p. 343), citações essas que transparecem no dizer do autor (posição função-autor) e que reforçam o caráter científico do seu discurso.

Euclides da Cunha é um autor⁶ da literatura brasileira, mas esse discurso de autor literato é comumente atravessado pelo discurso técnico-científico na sua obra, como se verifica no recorte abaixo:

As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com as suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rapidamente no antiplano das “barreiras” as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra. (Cunha, 2000, p. 224).

Notamos, nitidamente, esse atravessamento quando o autor transparece em seus textos/discursos, como no referido acima, conceitos como os do Evolucionismo Cultural – que tem a sua gênese no final do século XIX e é conhecido como a primeira corrente de pensamento da Antropologia. Esta teoria, muito influenciada pela obra “A Origem das Espécies” de Charles Darwin, defende

⁶ Neste trabalho estamos considerando que Euclides da Cunha fala da posição de autor, de literato: autor da língua – não deixando também de observar os atravessamentos (científico, jornalístico, etc.) presentes em seu discurso.

que as sociedades, assim como os organismos vivos, se desenvolvem passando por diferentes estágios evolutivos: selvageria, barbárie e civilização. Assim, haveria povos mais “evoluídos” ou mais “civilizados” do que outros (PIMENTEL, 2011, p. 95). Não há dúvidas de que o discurso de Euclides da Cunha é determinado por esta ideologia.

VI – NEM CIENTISTA, NEM JORNALISTA, MAS LITERATO

...o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portando (livremente) sua submissão. Os sujeitos se constituem pela sua sujeição. Por isso é que caminham por si mesmos (ALTHUSSER, 1992).

Euclides da Cunha (1866-1909) nasceu no Rio de Janeiro em 20 de janeiro de 1866. Era filho de Manuel Rodrigues da Cunha Pimenta e Eudósia Alves Moreira da Cunha, ficando órfão de mãe aos três anos de idade. Tendo sua educação ficada responsável pelos tios e avós, ingressou na Escola Politécnica onde, aos 19 anos de idade, cursou um ano de Engenharia Civil. Posteriormente Matriculou-se na Escola Militar da Praia Vermelha, onde costumava escrever para a revista da escola, "A Família Acadêmica". Expulso da Academia, por afrontar o Ministro da Guerra do Império, vai para São Paulo e em 1889 publica no jornal O Estado de São Paulo, uma série de artigos onde defendia ideais republicanos.

Após a Proclamação da República, Euclides da Cunha volta para o Rio de Janeiro e retorna ao Exército. Cursa de 1890 a 1892, a Escola Superior de Guerra, formando-se em Engenharia Militar e bacharelado-se em Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Casa-se com Ana Sólon Ribero. Em 1893, vai para São Paulo trabalhar na Estrada de Ferro Central do Brasil. Foi chamado para servir à Diretoria de Obras Militares, na época da Revolta da Armada, que pretendia derrubar o governo de Floriano Peixoto.

Euclides da Cunha afasta-se do Exército, em 1896. Passa a trabalhar em São Paulo como superintendente de obras e volta a colaborar para o jornal O Estado de São Paulo. Em agosto de 1897, foi convidado pelo jornalista Júlio de Mesquita para testemunhar as operações do Exército na Guerra de Canudos, no sertão baiano. Suas mensagens eram transmitidas por telégrafo, para o jornal paulista, permanecendo no local até outubro do mesmo ano.

Ao regressar de Canudos, vai para São José do Rio Pardo e escreve o livro "Os Sertões". A obra foi publicada em 1902, cinco anos depois do término da Guerra. Euclides relata não só o que presenciou na guerra, mas explica o fenômeno

cientificamente. Em 1903 é aclamado membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e é eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Entre dezembro de 1904 e dezembro de 1905, no papel de engenheiro, Euclides da Cunha realizou uma viagem à Amazônia a serviço do Itamarati, onde chefiou a Comissão Mista Brasileira-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus na demarcação da fronteira com o referido país vizinho. Um dos principais objetivos dessa expedição era o mapeamento hidrográfico das cabeceiras do rio Purus, para que futuramente pudesse ajudar na solução de problemas relacionados à fronteira entre os dois países. Aproveitando o ensejo, usou as informações colhidas na expedição para escrever também vários textos sobre a realidade amazônica.

Vai para o Rio de Janeiro e presta concurso para a cadeira de Lógica do Colégio Pedro II, em 1909. No dia 15 de agosto do mesmo ano, por questões de honra, numa troca de tiros, com o amante de Ana Emília Ribeiro, o militar Dilermando de Assis, Euclides é assassinado.

Observando esses breves relatos sobre a vida de Euclides da Cunha, sua carreira militar, jornalística, acadêmica e científica⁷, podemos compreender os atravessamentos presentes em seu discurso. Contudo, são esses atravessamentos suficientes para classificarmos a escrita de suas obras como jornalísticas ou científicas? Sabemos que a presença do outro é constitutiva do processo criativo. Assim, o que nos interessa saber é: Como o outro se atravessa no processo criativo do discurso de Euclides da Cunha?

É salutar esclarecermos que não estamos falando de lugares sociais empiricamente dados, mas da posição-sujeito, no caso, a posição-sujeito de autor da língua, que é a partir de onde podemos observar a constituição do discurso de Euclides da Cunha. Não estamos falando de um Euclides de modo empírico (do indivíduo), mas do sujeito que exerce a função-autor.

A teoria da Análise de Discurso, em seus conceitos de autoria, heterogeneidade discursiva, memória discursiva, formação discursiva, formações ideológicas e imaginárias, etc. (vistos no decorrer deste trabalho), nos possibilitará

⁷ Informações essas que tivemos como fonte o site na internet da Academia Brasileira de Letras - www.academia.org.br/academicos/euclides-da-cunha/biografia.

entender quem é esse literato (autor da língua) que estamos estudando, bem como os atravessamentos em seu discurso, mesmo sabendo que a Análise de Discurso não possui um modelo padrão aplicável e fixo para a análise de um discurso.

O discurso de Euclides da Cunha, típico homem do final do século XIX e início do século XX⁸, é atravessado por essa exterioridade, pela heterogeneidade de vozes e é determinado pelas condições de produção e ideologia desse período.

Conforme Orlandi (1995), a alteridade é parte constitutiva do discurso, delimitando-o e regulando-o, já que um discurso é atravessado por outros discursos, caracterizando-se, assim, pela heterogeneidade. Para a autora, a língua é constantemente invadida pela exterioridade a ponto dessa exterioridade ser constitutiva da linguagem, determinando historicamente a constituição dos sentidos: “o que vem pela história não pede licença, vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua que vai se historicizando aqui e ali” (ORLANDI, 2015, p. 30).

Já vimos em J. Authier algumas reflexões sobre a heterogeneidade, bem como o deslocamento, feito por Indursky (1992), da heterogeneidade do nível da enunciação para o nível do discurso, quando ela toma a enunciação como lugar privilegiado para examinar a materialidade discursiva a fim de relacionar o discurso com outros discursos determinantes, analisando a heterogeneidade na linha do discurso e nas relações entre o intradiscurso e o interdiscurso.

Indursky (1992) afirma que um discurso é heterogêneo porque sempre comporta constitutivamente em seu interior outros discursos. Assim, falar de heterogeneidade discursiva significa reconhecer o dialogismo de todos os discursos, mas inquirindo a unicidade de todos os dizeres.

Authier (1990), entende o discurso como produto do interdiscurso, partindo da premissa de que a fala é determinada de fora e que o dizer é afetado pela presença de outros discursos, ou seja, todos os discursos que configuram uma determinada cultura dialogam entre si, com os discursos que os antecederam, com os discursos atuais e com os futuros discursos.

⁸ Em Análise de Discurso, falamos em forma-sujeito. Tendo Althusser como referência, a Análise de Discurso aborda a forma-sujeito como uma “forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ORLANDI, 2006, p. 18).

Authier (2004), como vimos no início deste trabalho, fala de dois tipos de heterogeneidade: a **constitutiva**, que admite que não há discurso, nem sujeito que não sejam heterogêneos e a **mostrada**, cujas formas asseguram a ilusão de centramento necessária à manutenção de um discurso e à instância imaginária do sujeito.

Desta forma, relembando os estudos de Authier sobre a heterogeneidade mostrada, que acusam a presença do outro, localizamos nosso objeto de estudo, ou seja, os atravessamentos jornalísticos e científicos dentro do discurso de Euclides da Cunha. Percebemos no autor o costume de recorrer ao discurso relatado ou discurso reportado na forma de discurso direto, no qual palavras do outro são recortadas e citadas, como podemos observar nos recortes abaixo:

Completamos estas informações com as seguintes prestadas pelo Sr. Dr. Tomás Catunda, médico da Comissão Brasileira:

O bom êxito da nossa expedição ao Purus, sob o ponto de vista sanitário, é prova de que aquela região é perfeitamente habitável, bastando para isso a observância de regras muito comezinhas de higiene tropical. – Nem outra coisa fizemos nós, não tendo entretanto a Comissão, composta de 42 pessoas, a partir da Boca do Acre, nenhuma perda de vida a lamentar. E parte dela, de abril a outubro, viajou constantemente rio acima e rio abaixo.

Devemos ponderar que, sendo o grau térmico e hidrométrico muito favoráveis ao desenvolvimento da microfauna e microflora, os germes patogênicos encontram ali o seu *otimismo* de prosperidade, podendo provocar com facilidade epidemias mais ou menos graves. Paralelamente criam-se e multiplicam-se os insetos parasitários, hoje increpados de propagação de certo grupo de moléstias infecciosas. Há farto pábulo nas fermentações para todos os pequenos seres. (CUNHA, 2000, p. 271).

Acreditamos que, por ter sido homem da ciência e, também, por já ter trabalhado em diversas oportunidades como jornalista, Euclides da Cunha, inconscientemente, tem necessidade de demonstrar conhecimento científico em seus textos, bem como a preservação de elementos jornalísticos, como crédito e procedência do que foi citado.

Sabemos que Euclides da Cunha, que era visto como um homem de letras, viveu em um espaço historicamente indistinto, principalmente em se

falando de literatura. Trata-se de um período (final do século XIX e início do século XX) em que a ciência, o jornalismo e a literatura não se distinguiam claramente.

Então, homem de seu tempo⁹, heterogêneo na sua constituição, com seu discurso atravessado pelos discursos jornalísticos e científicos, Euclides da Cunha recorreu frequentemente a saberes de outros campos do conhecimento, apropriando-se de outros discursos, de outros saberes. Sabemos que essa forma de proceder é um movimento inconsciente do autor e, principalmente, determinado sócio-histórica e ideologicamente.

Dessa maneira, observando o discurso do autor, podemos localizá-lo, também, na noção de heterogeneidade constitutiva, apontada por Authier (apud GALLO, 2001, p. 2), que afirma que a heterogeneidade constitutiva é da ordem do inconsciente e “todo sujeito esquece daquilo que determina os sentidos do seu dizer”.

Evidenciamos aqui, que o que nos interessa no discurso do autor são os processos de produção desse discurso, pois se trata de processo constitutivamente heterogêneo (sabendo que o produto originário desse processo é ilusoriamente homogêneo), pois, após apropriar-se do discurso do outro, Euclides da Cunha mostra-se como se tivesse um discurso homogêneo, apagando os indícios de sua exterioridade e o discurso passa a ter um sentido, aparentemente, distante da origem.

Observando estes processos, Indursky (1992) afirma que, para a Análise de Discurso, o que é relevante é a organização interna dos elementos provenientes do exterior para que produzam o efeito de homogeneidade. Segundo ela, o sujeito reúne e organiza os elementos externos e, na medida em que eles são inscritos no intradiscurso, apaga-se a sua genealogia. O efeito de homogeneidade é, pois, produto da ilusão de que tudo o que devia ser dito foi dito, configurando um espaço discursivo simbolicamente fechado, acabado e completo.

Por fim, encerrando os apontamentos acerca dos atravessamentos no discurso de Euclides da Cunha (autor da língua), salientamos que todos os

⁹ Um sujeito das letras. A conjuntura histórica em que Euclides da Cunha viveu e a forma como a sociedade estava organizada/estruturada determinava as posições das quais os sujeitos falavam e se constituíam. É por esta via que estamos compreendendo o sujeito Euclides da Cunha, da posição de autor da língua, em relação à constituição heterogênea do seu dizer.

discursos são constituídos por uma rede entrelaçada de diferentes vozes que produzem determinados efeitos de sentido. Assim, a heterogeneidade é condição de possibilidade para que a prática discursiva se constitua enquanto manifestação de certas formações ideológicas e imaginárias, ambas abraçadas pelas condições de produção do discurso, no caso o final do século XIX e início do século XX.

VII – EUCLIDES DA CUNHA EM RECORTES

Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer aos efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2015).

Iniciaremos nossos estudos acerca do discurso de Euclides da Cunha com base em alguns recortes da obra **“Um Paraíso Perdido: Reunião de Ensaios Amazônicos”**, tendo em vista que a escolha destes recortes já constitui efeitos de sentido da teoria a que esta pesquisa está inscrita. Nossos recortes não foram escolhidos de forma arbitrária, pessoal ou aleatória, mas sim com base nesta teoria, cujos preceitos nos guiarão no decorrer deste trabalho.

Todo discurso é constituído por condições de produção, que podem ser brevemente definidas, observando a conceituação de Eni Orlandi (2015, p. 28 e 29) que afirma que em sentido estrito, é o contexto imediato; e, em sentido amplo, inclui-se também o contexto sócio-histórico e ideológico, conforme já dissemos no início deste trabalho. Essas condições de produção funcionam observando alguns fatores, sendo um deles a relação de sentidos, onde um discurso estará sempre relacionado a outro. “Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2015, p. 37). Assim, voltando para o nosso objeto de estudo, buscaremos descobrir em quais formações discursivas está inscrito o discurso de Euclides da Cunha, bem como quais foram as condições de produção desse discurso e a qual(is) teoria(s) ele está filiado.

Na segunda metade do século XIX, mais precisamente em 1877, Henry Morgan publica o livro “Ancient Society”, surgindo então a corrente de pensamento denominada Evolucionismo Vitoriano. Este autor defendia que as sociedades se desenvolvem passando por três diferentes estágios evolutivos - selvageria, barbárie e civilização. Desta forma, segundo esta linha de pesquisa, há povos mais “evoluídos” do que outros. Averiguamos que Euclides da Cunha adotou o viés evolucionista como seu referencial teórico, uma vez que sua obra está claramente determinada por esta doutrina, como podemos observar nos três

recortes baixo, onde o autor usa termos comuns ao Evolucionismo Vitoriano, como: **primitivo, selvagem e bárbaro**:

Advirtamos desde já que alguns desses sítios são verdadeiros povoados, onde se distinguem sólidas construções, certo desgraciosas, mas amplas e cômodas, contrastando bastante com as **primitivas** barracas de *paxiúba* e *ubuçu*. (CUNHA, 200, p. 308, grifo meu).

A terra, até então entregue às tribos erradias, teve em cerca de dez anos (1887) uma população de 60.000 almas, ligando-se as suas mais remotas paragens de Sepatini e Huitanaã a Manaus, pela Companhia Fluvial de Amazonas, com um primeiro desenvolvimento de 1.014 milhas, logo depois de distendidas na navegação dos tributários superiores que vão do Ituxi ao Acre. E por fim uma cidade, uma verdadeira cidade, Lábrea, repontou daquela forte convergência de energias trazendo desde o nascer um caráter destoante de nossos povoados sertanejos – com o requinte progressista de uma imprensa de dois jornais, *O Purus* e *O Labrense*, e o luxo suntuário de um teatro concorrido, e colégios, e as ruas calçadas e alinhadas: a molécula integrante da civilização aparecendo, repentinamente, nas vastas solidões **selvagens**... (CUNHA, 2000, p. 218, grifo meu).

Sobre tudo isto, a ameaça dos *infieles*. Duas horas antes de alcançarmos aquele ponto, tínhamos visto, atirado no barranco esquerdo do rio, num claro, entre as frecheiras, o cadáver de uma mulher, uma amauaca. Fora, ao que colhemos depois, trucidada pelos **bárbaros**, que rondavam por perto numa ameaça permanente e surda. (CUNHA, 2000, p. 330, grifo meu).

Escolhemos estes recortes acima, devido, durante a leitura do nosso objeto de estudo, termos nos deparado com terminologias (primitivo, bárbaro, selvagem) oriundas do evolucionismo cultural ou vitoriano. Estes preceitos foram muito criticados, principalmente pela antropologia norte-americana (na figura de Boas), devido ao conceito de etnocentrismo presente nela.

O posicionamento de Franz Boas, em seu texto sobre “as limitações do método comparativo” de 1896, é crítico à tese de que haveria uma origem comum da cultura humana dando ênfase na variação dos traços culturais e suas especificidades em cada sociedade. Desta perspectiva, a antropologia teria como problema a investigação do processo de difusão destes traços culturais via empréstimos, trocas ou surgimentos destes traços¹⁰.

¹⁰ O difusionismo é o que permite Evans-Pritchard, já na década de 50, distinguir a Etnologia e a Antropologia Social de perspectiva britânica. Para a primeira –a Etnologia – ainda haveria o

Para Boas, haveria várias histórias e o conceito de cultura assumiria a forma plural, pois, tratava-se da história de cada cultura e não da História da Cultura, como proposta pelos evolucionistas, cujo maior problema era a desconsideração dos contextos geográficos e históricos durante a análise dos dados.

Continuando acerca da filiação teórica de Euclides da Cunha, podemos citar o pensamento determinista, também conhecido como darwinismo social ou teoria das raças, que afirmava que as características adquiridas não eram transmitidas e que o mundo dividido culturalmente era consequência da divisão de raças, e que havia uma raça superior. Schwarcz (1993, p. 56) cita quatro autores para ilustrar o pensamento determinista: Para Le Bon, o “gênero” humano compreendia espécies de diferentes origens; para Taine, que todo indivíduo é resultante direto do seu grupo construtor e que raça e nação são sinônimos; já para Renan, haveria a existência e hierarquização de três raças e, para finalizar, Gobineau, que concluiu que o resultado da mistura das raças era sempre um dano. Trataremos a seguir sobre os determinismos biológico e ambiental, que saltaram aos nossos olhos durante a leitura dos textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia:

O determinismo Biológico - trata-se, segundo Richard C. Lewontin (2000), do pensamento segundo o qual os indivíduos seriam distinguidos em suas habilidades fundamentais por causa das diferenças biologicamente herdadas. Assim a natureza humana (biológica) seria suficiente para garantir a formação de uma sociedade hierarquizada.

problema do passado como objeto de estudo; ao passo que para a segunda, o passado estaria ausente como escopo analítico, pois esta se preocuparia com sociedades coetâneas. Este tipo de sociedade ‘primitiva’ seria o objeto de estudo da antropologia diferentemente das sociedades ‘complexas’ que seriam, por definição no momento, tarefa da sociologia analisar. Isto do ponto de vista do método genético de análise das formas sociais, este que se estabeleceria na Inglaterra a partir da influência da sociologia durkheimiana francesa à época de Evans-Pritchard no paradigma estrutural-funcionalista. Na definição do autor: “A Etnologia ocupa-se de classificar os povos em função das suas características raciais ou culturais, para depois explicar, baseada no movimento e mistura de povos e na difusão de culturas, a sua distribuição no presente e no passado. [...] O objeto da Antropologia Social é bastante diferente. Como demonstrarei em seguida, estuda o comportamento social, geralmente em formas institucionalizadas, como a família, sistemas religiosos, e assim por diante, além das relações entre tais instituições; estuda-se em sociedades ou naquelas comunidades históricas sobre as quais existe uma informação adequada para a realização de tais investigações.” (Evans-Pritchard, 1950, p. 50).

Maria Tereza Citeli (2001) define o Determinismo Biológico como sendo o conjunto de teorias onde a posição ocupada por diferentes grupos nas sociedades derivam de limites ou privilégios inscritos na constituição biológica.

Renato Ortiz (1982) faz algumas reflexões em torno da relação entre a questão racial e a identidade brasileira. Ele toma como objeto de estudo alguns autores, como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e o próprio Euclides da Cunha. O principal dilema desses autores foi compreender a defasagem entre teoria e realidade da Evolução Histórica dos Povos. Este pensamento brasileiro da época encontra tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça. A história é apreendida em termos deterministas, clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra e o nervosismo e sexualidade desenfreada do mulato.

O Determinismo Biológico é claramente observável em Euclides da Cunha, uma vez que ele transparece em seu discurso em relação à compreensão das sociedades segundo os ditames desta teoria. Para Euclides, as raças humanas não são iguais e a miscigenação é um fator negativo para a sociabilidade. Ele se refere aos habitantes da Amazônia como sendo **bêbados, lascivos, ladrões e sem escrúpulos**. Assim, deixando evidente o seu etnocentrismo ao ver no homem branco europeu/americano como o modelo a ser seguido, racial e intelectualmente, como podemos verificar nas sequências abaixo:

Relatório feito em 1752 por outro insigne governador, o Capitão-general Furtado de Mendonça, que a **“capitania estava reduzida à última ruína...”** Assim se desconchavavam os pareceres, agitando idênticos desânimos. Ou então se harmonizavam de modo impressionador no firmarem a mesma **decadência das gentes singulares**. Em 1762 o bispo do Grão-Pará, aquele extraordinário Fr. João de São José – seráfico voltairiano que tinha no estilo os lampejos da pena de Antônio Vieira – depois de resenhar os homens e as cousas, “assentando que **a raiz dos vícios da terra é a preguiça**”, resumiu os traços característicos dos habitantes, deste modo desalentador: – **“lascívia, bebedice e furto”**. Passam-se cem anos justos. Procura-se saber se tudo aquilo melhorou; abrem-se as páginas austeras de Russell Wallace, e vê-se que alguma vez elas parecem traduzir, ao pé da letra, os dizeres do arguto beneditino, porque a sociedade indisciplinada passa adiante das vistas surpreendidas do sábio – *drinking, gambling and lying* – **bebendo, dançando, zombando** – na mesma dolorosíssima inconsciência da vida (...) Assim, essa **indiferença pecaminosa dos atributos superiores**, esse **sistemático renunciar de escrúpulos** e esse **coração leve para o**

erro são seculares, e surgem de um doloroso tirocínio histórico, que vem da Casa do Paricá à barraca dos seringueiros. (CUNHA, 2000, p. 125, grifos meus).

As Escolas de Medicina Colonial da Inglaterra e da França revelam-nos, pelos simples títulos, os resguardados com que se rodeia sempre o transplante dos povos para os novos *habitats*. Há esta **linha de nobreza no moderno imperialismo expansionista** capaz de absolver-lhe os máximos atentados: os **brilhantes gerais** transmudam-se em batedores anônimos dos médicos e dos engenheiros: as maiores batalhas fazem-se-lhe simples reconhecimento da campanha ulterior, contra o clima; e o **domínio das raças incompetentes** é o começo da **redenção dos territórios**, num giro magnífico que do Tonquim à Índia, ao Egito, à Tunísia, ao Sudão, à ilha de Cuba e às Filipinas, vai generalizando em todos os meridianos a **empresa maravilhosa do saneamento da terra**. (CUNHA, 2000, p. 147, grifos meus).

Observando os recortes acima, podemos claramente perceber que essa teoria estava perfeitamente alinhada aos objetivos expansionistas europeus, ideal este o qual Euclides da Cunha era defensor. Difundiu-se que a perfectabilidade de uma raça era devida à sua pureza determinada pelas Leis Naturais e era a partir desta pureza que o desenvolvimento de sua sociedade estava garantido, bem como a sua superioridade. A Europa difundiu por todo o globo que ela compunha um grupo humano puro, livre de miscigenação e que, por isso, estava legitimada a “civilizar” os demais grupos, tratando a colonização como um “fardo” do homem branco.

O Determinismo Ambiental/Geográfico – trata-se de outra teoria também muito presente nos escritos de Euclides da Cunha. Esta linha de pensamento, que tem como um de seus principais teóricos o pensador alemão Friedrich Ratzel, vê o homem partindo do ponto de vista biológico e que, por este motivo, não poderia ser estudado fora das relações de causa e efeito que determinam as condições naturais de vida no meio ambiente. “O homem seria produto do meio em que vive”. Assim, as condições deste meio é que determinam a sua vida em sociedade (DE SOUZA, 2014). Segundo a perspectiva de Renato Ortiz (1982), para Euclides, a natureza subjuga o homem e a cultura europeia tem dificuldades de se enraizar aqui no Brasil, o que determina o estágio ainda bárbaro em que permanece o conjunto da população brasileira, no caso do nosso objeto de estudo, a população amazônica.

Em vários trechos da obra, Euclides deixa claro como a floresta amazônica é um ambiente impróprio para a existência humana (homem branco), chegando a se tornar uma adversária praticamente insuperável, contudo o silêncio do autor acerca da perfeita adaptação do indígena à floresta não está evidente em seu texto. Segue abaixo alguns recortes acerca do Determinismo Ambiental/Geográfico na obra em questão:

Depois há o incoercível da fatalidade física. **Aquela natureza** soberana e brutal, em pleno expandir das suas energias, **é uma adversária do homem**. No perpétuo banho de vapor, de que nos fala Bates, compreende-se sem dúvida a vida vegetativa sem riscos e folgada, mas não a delicada vibração do espírito na dinâmica das idéias, nem a tensão superior da vontade nos atos que se alheiem dos impulsos meramente egoísticos. Não exagero. Um médico italiano – bellissimo talento – o Dr. Luigi Buscalione, que por ali andou há pouco tempo, caracterizou as duas primeiras fases da **influência climática – sobre o forasteiro** – a princípio sob a forma de uma **superexcitação das funções psíquicas e sensuais**, acompanhada, depois, de um **lento enfraquecer-se de todas as faculdades, a começar pelas mais nobres...** (CUNHA, 2000, p. 125 e 126, grifos meus).

Apesar de um rápido povoamento, de cem mil almas em pouco mais de trinta anos, têm ainda o caráter nefasto das paragens virgens onde a copiosa exuberância da vida vegetal parece favorecida por um **ambiente impróprio à existência humana**. O seu quadro nosológico assombra, pela **vasta série de doenças**, que vão das maleitas permanentes à hipoêmia intertropical entorpecedora e àquela originalíssima “purupuru” que **não mata mas desfigura, embaciando a pele do selvagem e dando-lhe um fáceis de cadáver, pondo no rosto do negro, salpintado de manchas brancas, uma espantada máscara demoníaca, e imprimindo no do branco a brancura repulsiva do albinismo...** (CUNHA, 2000, p. 212, grifos meus).

Diante do homem errante, a natureza é estável; e **aos olhos do homem sedentário que planeie submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o.**

A adaptação exercita-se pelo nomadismo.

Daí, em grande parte, a paralisia completa das gentes que ali vagam há três séculos, numa agitação tumultuária e estéril. (CUNHA, 2000, p. 126, grifos meus).

A ilha que existe fronteira à boca do Purus, perdeu o antigo nome geográfico e chama-se “Ilha da Consciência”; e o mesmo acontece a uma outra, semelhante, na foz do Juruá. É uma preocupação: **o homem, ao**

penetrar as duas portas que levam ao paraíso diabólico dos seringais, abdica as melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio, a rir, com aquela ironia formidável. (CUNHA, 2000, p. 127, grifos meus).

A crença de que as condições ambientais determinavam os processos históricos em larga escala era muito bem aceita entre teóricos contemporâneos de Euclides da Cunha. Até mesmo Karl Marx com essa teoria, ao afirmar que o capitalismo surgiu na Europa por causa das condições edáficas do continente, conforme a seguinte passagem:

Uma natureza pródiga demais “retém o homem pela mão como uma criança sob tutela”; ela o impede de se desenvolver ao não fazer com que seu desenvolvimento seja uma necessidade de natureza. A pátria do capital não se encontra sob o clima dos trópicos, em meio a uma vegetação luxuriante, mas na zona temperada. Não é a diversidade absoluta do solo, mas, sobretudo a diversidade de suas qualidades químicas, de sua composição geológica, de sua configuração física, e a variedade de seus produtos naturais que formam a base natural da divisão social do trabalho e que excitam o homem, em razão das condições multiformes ao meio em que se encontra situado, a multiplicar suas necessidades, suas faculdades, seus meios e modos de trabalho (MARX, 1994, p. 1006).

A intrincada relação entre o homem e o meio físico brasileiro, no caso do nosso objeto de estudo, a Amazônia, é vista por Euclides da Cunha com intuito de identificar, nestes elementos físicos e climáticos do nosso território, as bases da formação da sociedade brasileira. A floresta amazônica, por exemplo, era para o autor um ambiente complexo, pois teria tanto elementos adversos como favoráveis à adaptação do homem. Para o autor, a seleção natural em um meio tão “adverso” prejudicaria o desenvolvimento intelectual do homem e favoreceria o progresso dos instintos, já que a adaptação a tal ambiente teria como exigência “a máxima energia orgânica, a mínima energia moral” (CUNHA, 2009, p. 69).

Para finalizarmos nossa análise acerca da filiação teórica de Euclides da Cunha, discorreremos sobre sua filiação ao positivismo. Esta teoria também influenciou os trabalhos do autor, onde fica claro que, para ele, a ciência é o estágio mais alto do pensamento humano. Tendo Auguste Comte como um dos seus principais teóricos, o positivismo defende a ideia de que é apenas através do

conhecimento científico que se pode chegar ao conhecimento verdadeiro, ou seja, somente seria possível afirmar que uma teoria é correta se ela fosse comprovada através da metodologia científica, desconsiderando, assim, os conhecimentos populares como crenças e superstições (COMTE, 1978). O lema positivista “a ordem por base, o amor por princípio, o progresso por fim” (COMTE, apud MORAIS FILHO, p. 31, 1983) é comumente encontrado na obra de Euclides, como verificamos nas passagens abaixo:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma **verdade positiva**, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta **desordem...** (CUNHA, 2000, p. 116, grifos meus).

O Purus é um enjeitado. Precisamos incorporá-lo ao nosso **progresso**, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça, nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa **expansão histórica**. (CUNHA, 2000, p. 144, grifos meus).

Sabemos que havia poucas escolas superiores na época de Euclides da Cunha, e que elas eram destinadas à engenharia, direito e medicina. Assim, a elaboração de uma concepção sociológica no Brasil se formou através dos conceitos do direito, das ciências naturais e exatas. O Positivismo de Comte se espalhou pelo país, principalmente, por meio da Escola Militar (Rio de Janeiro), a qual Euclides frequentou e se familiarizou com a concepção de que os ideais positivistas eram necessários para a busca de unidade e progresso para a sociedade.

Euclides da Cunha utilizou como base teórica para a escrita do nosso objeto de estudo a Sociologia e a Antropologia de seu tempo, ou seja, o final do século XIX e início do século XX. Trata-se de uma corrente de pensamento centrada, principalmente, nos conceitos deterministas e evolucionistas, bem como no positivismo de Auguste Comte. Percebemos no discurso euclidiano um cacoete etnocêntrico, que é típico do conceito evolucionista, uma vez que enxerga como inferior toda a sociedade que não segue os padrões da sociedade europeia. Assim, conhecemos então a base teórica que Euclides estava filiado, bem como as

condições de produção de sua obra, fatos estes que nos permitirão seguir com nossos estudos.

Durante sua viagem de cerca de um ano pela floresta amazônica (Dezembro de 1904 a Dezembro de 1905), Euclides da Cunha visitou alguns seringais e observou de perto as relações de trabalho existentes nestes locais, onde o látex, retirado da seringueira, era um dos produtos de exportação mais lucrativos do Brasil, que foi responsável pelo enriquecimento dos seringalistas (donos dos seringais) e pelo desenvolvimento acelerado de cidades como Manaus e Belém. A mão de obra responsável pela extração do látex era principalmente formada por nordestinos que fugiram da seca que assolou o sertão entre 1877 e 1879. Estes trabalhadores não desfrutaram dessa riqueza amazônica, pois havia nos seringais um “sistema de aviamento” em que o regime de trabalho era baseado no endividamento dos seringueiros, obrigando-os a se submeterem a um vínculo empregatício análogo à escravidão (OLIVEIRA, 2004, p. 36, 37 e 38). O seringueiro acabou se tornando um escravo moral do seringalista e essa dependência econômica era tamanha, que muitas vezes ocorria aspectos da escravidão propriamente dita, como castigos corporais e o tolhimento da liberdade. Era comum o seringueiro ter o seu direito de ir e vir total ou parcialmente negado em função de suas dívidas, e a sua desobediência ou insubordinação era castigada com violência física (TOCANTINS, 1982, p. 104).

Segundo Suzy Lagazzy (1988, p. 13), de uma perspectiva discursiva materialista, a desigualdade entre os homens é uma das características fundamentais das sociedades históricas, no nosso caso a sociedade capitalista, e essa desigualdade é um assunto muito explorado pelos estudiosos dos homens em suas relações sociais. Louis Althusser (1992) afirma que o Estado é uma máquina de repressão que permite que as classes dominantes assegurem a sua dominação sobre as classes dominadas para que estas sejam submetidas ao processo de extorsão capitalista. Para reprimir, o Estado tem que se mostrar forte e legítimo, ou seja, um centro do poder provindo do próprio povo, assim, legitimado, este Estado mantém uma relação coercitiva com os cidadãos, cobrando a responsabilidade pelos seus atos (ALTHUSSER, 1992, p. 62). Suzy Lagazzy (1988) afirma ainda que estas relações hierarquizadas e autoritárias, que Euclides pôde observar nos

seringais, estão presentes em várias situações do convívio em sociedade, levando as pessoas a se relacionarem “dentro de uma esfera de tensão” que é repleta de direitos, deveres, responsabilidades e cobranças (LAGAZZY, 1988, p. 21).

Segundo o sociólogo Rodrigues (2000), Euclides da Cunha é considerado um dos pioneiros do pensamento sociológico no Brasil, sempre relatando em suas obras as relações de trabalho e outras questões sociais. O autor viveu em sua época o intenso desenvolvimento das atividades comerciais e de exportação, juntamente com uma recente formação da burguesia nacional, que possibilitou uma revolução no modo de pensar dos intelectuais da sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX. Essa revolução fomentou mudanças reais na estrutura social e principalmente nas relações de trabalho, como podemos observar nos recortes abaixo:

A propriedade mal distribuída, ao mesmo passo que se dilata nos latifúndios das terras que só se limitam, de um lado, pela beirada dos rios, reduz-se economicamente nas mãos de um número restrito de possuidores. O Rude seringueiro é duramente explorado, vivendo despeado do pedaço de terra em que pisa longos anos – e exigindo, pela sua situação precária e instável, urgentes providências legislativas que lhe garantam melhores resultados a tão grandes esforços. O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-lo, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões. A justiça é naturalmente serôdia e nula. (CUNHA, 2000, p. 114).

Enquanto o colono italiano se desloca de Gênova à mais remota fazenda de São Paulo, paternalmente assistido pelos nossos poderes públicos, o cearense efetua, à sua custa e de todo em todo desamparado, uma viagem mais difícil, em que os adiantamentos feitos pelos contratadores insaciáveis, inçados de parcelas fantásticas e de preços inauditos, o transformam as mais das vezes em devedor para sempre insolvente. A sua atividade, desde o primeiro golpe de machadinha, constringe-se para logo num círculo vicioso inatural: o debater-se exaustivo para saldar uma dívida que se avoluma, ameaçadoramente, acompanhando-lhe os esforços e as fadigas para saldá-la. (CUNHA, 2000, p. 152 e 153).

(...) as secas periódicas dos nossos sertões do Norte, ocasionando o êxodo em massa das multidões flageladas. Não o determinou uma crise de crescimento, ou excesso de vida desbordante, capaz de reanimar outras paragens, dilatando-se em itinerários que são o diagrama visível da marcha triunfante das raças; mas a escassez da vida e a derrota completa ante as calamidades naturais. As suas linhas baralham-se nos traçados revoltos de uma fuga. Agravou-o sempre uma seleção natural invertida: todos os fracos, todos os inúteis, todos os doentes e todos os sacrificados expedidos a esmo, como o rebotalho das gentes, para o

deserto. Quando as grandes secas de 1879-1880, 1889-1890, 1900-1901 flamejavam sobre os sertões adustos, e as cidades do litoral se enchiam em poucas semanas de uma população adventícia, de famintos assombrosos, devorados das febres e das bexigas – a preocupação exclusiva dos poderes públicos consistia no libertá-las quanto antes daquelas invasões de bárbaros moribundos que infestavam o Brasil. Abarrotavam-se, às carreiras, os vapores, com aqueles fardos agitantes consignados à morte. Mandavam-nos para a Amazônia – vastíssima, despovoada, quase ignota – o que equivalia a expatriá-los dentro da própria pátria. A multidão martirizada, perdidos todos os direitos, rotos os laços da família, que se fracionava no tumulto dos embarques acelerados, partia para aquelas bandas levando uma carta de prego para o desconhecido; e ia, com os seus famintos, os seus febreiros e os seus variolosos, em condições de malignar e corromper as localidades mais salubres do mundo. Mas feita a tarefa expurgatória, não se curava mais dela. Cessava a intervenção governamental. Nunca, até aos nossos dias, a acompanhou um só agente oficial, ou um médico. Os banidos levavam a missão dolorosíssima e única de desaparecerem... (CUNHA, 2000, p. 150).

Cabe salientar que os recortes acima citados, onde podemos notar uma aparente preocupação social de Euclides da Cunha, transparecem o pensamento de cunho sociológico do autor ou até mesmo um “lamento protestatório-humanitário depois do fato” (GALVÃO, 1974, p. 107-108). Sabemos que os literatos e cientistas, bem como os intelectuais em geral do período, estavam ligados ao poder e empenhados na consolidação e progresso nacional. Assim, estas relações de trabalho que Euclides presenciou, que repugnava certa parte da sociedade, gerava uma preocupação superficial, uma vez que no capitalismo a exploração da mão-de-obra operária é comum. Esse repúdio seletivo criava uma consciência dividida na elite, que concordava que a meta histórica do progresso era boa, mas os meios utilizados eram maus. Não vemos em Euclides da Cunha um pensamento marxista, uma consciência da luta de classes, mas sim uma preocupação humanitária com o sofrimento do outro, um olhar sociológico ou humanístico.

Iniciaremos agora os estudos acerca do imaginário de Euclides da Cunha sobre a Amazônia. Segundo Eni Orlandi (2015, p. 40), a Análise de Discurso não desmerece a importância que a imagem tem na constituição do dizer, uma vez que o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem. Para a autora, o imaginário é eficaz e “assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder”.

Euclides vem para a Amazônia com toda uma formação ideológica, como vimos nos parágrafos anteriores, e esta ideologia transparece nos seus escritos, como podemos observar nas sequências abaixo, em que ele descreve suas impressões sobre as cidades de Manaus/AM e Belém/PA, demonstrando sua surpresa e estranheza com o que encontrou:

Imagem do autor sobre Belém do Pará:

Não se imagina no resto do Brasil o que é a cidade de Belém, com os seus edifícios desmesurados, as suas praças incomparáveis e com a sua **gente de hábitos europeus, cavalheira e generosa**. /Foi a maior surpresa de toda a viagem. Na volta, hei de demorar-me ali alguns dias. (CUNHA, 2000, p. 370, grifos meus).

Imagem do autor sobre Manaus, no Amazonas:

Manaus, onde eu julgava ficar tão poucos dias e onde estacamos (...) caí na vulgaridade de uma grande cidade estritamente comercial de aviadores solertes, zangões vertiginosos e ingleses de sapatos brancos. Comercial e insuportável. O crescimento abrupto levantou-se de chofre fazendo que trouxesse, aqui, ali, salteadamente entre as roupagens civilizadoras, os restos das tangas esfiapadas dos tapuias. **Cidade meio caipira, meio européia**, onde o teju par se achata ao lado de palácios e o cosmopolitismo exagerado põe ao lado do *yankee* espigado... o seringueiro achamboado, a impressão que ela nos incute à de uma maloca transformada em Gand. (CUNHA, 2000, p. 371, grifos meus).

Observando as duas falas do autor acerca de Belém/PA e Manaus/AM, notamos o quanto estas duas cidades lhe causaram estranheza. A primeira por parecer europeia em sua “civilização” e a segunda pela grande movimentação. Por todo o Brasil, ainda hoje, a percepção predominante sobre a Amazônia é a da paisagem da floresta que não foi domesticada, geralmente há um imaginário estereotipado. A construção dessa imagem sobre a região vem sendo disseminada desde a chegada do colonizador ao novo mundo e mesmo com o decorrer do processo histórico, onde essa percepção foi sendo construída e reconstruída, esta região parece que ainda busca a sua “existência”, o que começa a ocorrer com a apropriação mental e material que a sociedade foi criando sobre ela. Trata-se da “invenção da Amazônia”, segundo as palavras de Neide Gondim (1994). Assim, Euclides da Cunha veio para a floresta com uma representação da Amazônia

que foi sendo construída através de discursos, nem sempre construídos sobre a realidade, mas sobre outros discursos, uma memória constituída e tecida no contato com o outro, uma vez que, segundo Halbwachs (2006, p. 39), não basta a reconstrução da imagem de algo que ocorreu no passado para obtermos uma lembrança. Há a necessidade de que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam dentro de nós e dentro dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte da mesma sociedade. Desta forma, a surpresa que as duas cidades causaram em Euclides da Cunha, acabou por desconstruir a sua memória, o seu imaginário, tudo aquilo que assimilou dos outros ao longo do tempo.

Como já vimos anteriormente, Michel Pêcheux diz que um determinado discurso produzido por um sujeito sempre pressupõe um destinatário que está em um lugar certo na estrutura da formação social. Este lugar certo está representado no processo discursivo a partir de uma gama de formações imaginárias que apontam o lugar onde o sujeito e o interlocutor se atribuem mutuamente. Trata-se da imagem que eles fazem de seu lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, 1969, apud INDURSKY, 1992, p. 54). Focando no sujeito, no nosso caso Euclides da Cunha, que toma a palavra e mobiliza um funcionamento discursivo, que é “a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (ORLANDI, apud INDURSKY, 1992, p. 53), selecionamos seis recortes discursivos da primeira parte do nosso objeto de estudo, intitulado “Amazônia: terra sem história”, em que Euclides descreve a floresta amazônica, sua flora, fauna, rio e o homem, passagens essas que mais uma vez mostram o funcionamento do seu imaginário sobre o lugar novo que recém conheceu, cujos destinatários eram os seus leitores, uma vez que seriam publicados em seu livro, não fosse a sua morte prematura:

Imagem do autor sobre a Amazônia:

Entra por um dos grandes tributários, o Juruá ou o Purus. Atinge ao seu objetivo remoto; e todos os desalentos se lhe agravam. A terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-

lhe à vestimenta de matas os recortes artísticos do trabalho. (CUNHA, 2000, p. 146).

Imagem do autor sobre a floresta amazônica:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali, é ainda um intruso impertinente. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem... Os mesmos rios ainda não se firmaram nos leitos; parecem tatear uma situação de equilíbrio derivando, divagantes, em meandros instáveis, contorcidos em *sacados*, cujos istmos a revezes se rompem e se soldam numa desesperadora formação de ilhas e de lagos de seis meses, e até criando formas topográficas novas em que estes dois aspectos se confundem; ou expandindo-se em *furos* que se anastomosam, reticulados e de todo incharacterísticos, sem que se saiba se tudo aquilo é bem uma bacia fluvial ou um mar profusamente retalhado de estreitos. (CUNHA, 2000, p. 116).

Imagem do autor sobre a flora:

A flora ostenta a mesma imperfeita grandeza. Nos meios-dias silenciosos – porque as noites são fantasticamente ruidosas –, quem segue pela mata, vai com a vista embotada no verde-negro das folhas; e ao deparar, de instante em instante, os fetos arborescentes emparelhando na altura com as palmeiras, e as árvores de troncos retilíneos e paupérrimos de flores, tem a sensação angustiosa de um recuo às mais remotas idades, como se rompesse os recessos de uma daquelas mudas florestas carboníferas desvendadas pela visão retrospectiva dos geólogos. (CUNHA, 2000, p. 116).

Imagem do autor sobre a fauna:

A fauna singular e monstruosa, onde imperam, pela corpulência, os anfíbios, o que é ainda uma impressão paleozóica. E quem segue pelos longos rios não raro encontra as formas animais que existem, imperfeitamente, como tipos abstratos ou simples elos da escala evolutiva. A *cigana* desprezível, por exemplo, que se empoleira nos galhos flexíveis das oiranas, trazendo ainda na sua asa de vôo curto a garra do réptil... (CUNHA, 2000, p. 116).

Imagem do autor sobre o rio:

O rio, que sobre todos desafia o nosso lirismo patriótico, é o menos brasileiro dos rios. É um estranho adversário, entregue dia e noite à faina de solapar a sua própria terra. (CUNHA, 2000, p. 120).

Imagem do autor sobre o seringueiro:

De feito, o seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguês jungido à gleba das “estradas”, o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se. (CUNHA, 2000, p. 127).

Segundo Bueno (2002, p. 3-4), a construção do imaginário sobre a Amazônia, a partir do século XVI, foi sendo estruturada com os relatos dos viajantes, e estas imagens eram criadas a partir da junção de formas e paisagens já conhecidas com as informações obtidas através dos relatos. Sabemos que com o decorrer do tempo, estas imagens ganham ou perdem impulso, contudo, o que é recorrente é a dicotomia de opiniões: paraíso/inferno, imensidão da floresta/vazio demográfico. Os seis recortes que citamos acima representam esta dicotomia. Tratam-se de relatos de um viajante, o olhar do outro. Foram os relatos dos viajantes, cronistas e naturalistas, incluindo os de Euclides da Cunha, que contribuíram pra a formação do imaginário sobre a Amazônia. Gondim (1994, p. 97), afirma que, em nome da razão e do conhecimento clássico, estes relatos foram sendo aceitos pelos leitores como verídicos. O próprio Euclides da Cunha acaba por induzir o seu leitor ao erro, uma vez que tentou encaixar o que viu na floresta com a sua ideologia, produzindo dicotomias e paradoxos em sua fala. Gondim (1994, p. 9), contrariando o senso comum, diz que a Amazônia não foi descoberta, nem construída. Foi inventada. Isso ocorreu a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, com os relatos dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes.

Ainda sobre imaginário e ideologia, Eni Orlandi (1994, p. 56) afirma que “a ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência”. Diz ainda que são as formações imaginárias (que se constituem a partir das relações sociais) que funcionam no discurso, como por exemplo a imagem que Euclides fez do indígena, do seringueiro e do seringalista (ORLANDI, 1994, p. 57). É por essa razão que Eni Orlandi (2015, p. 40) acredita que a análise é de suma importância, pois é através dela que é possível atravessar o imaginário e compreender melhor o que foi dito e o que não foi dito, como foi o

caso dos recortes abaixo, onde Euclides descreve o indígena amazônico utilizando termos como “**infiel**”, “**gentio**”, “**selvagem**” e “**bárbaro**”:

O notável explorador, depois de apresentar ao “**infiel**” os recursos que trazia e o seu pequeno exército, onde se misturavam as fisionomias díspares das tribos que subjugara, tentou demonstrar-lhe as vantagens da aliança que lhe oferecia contrapostas aos inconvenientes de uma luta desastrosa. Por única resposta o *mashco* perguntou-lhe pelas flechas que trazia. E Fiscarral entregou-lhe, sorrindo, uma cápsula de Winchester. (...) O **selvagem** examinou-a, longo tempo, absorto ante a pequenez do projétil. Procurou, debalde, ferir-se, roçando rijamente a bala contra o peito. Não o conseguindo, tomou uma de suas flechas; cravou-a de golpe, no outro braço, varando-o. Sorriu, por sua vez, indiferente à dor, contemplando com orgulho o seu próprio sangue que esguichava...” (CUNHA, 2000, p. 163 e 164, grifos meus).

Lendo-se as “notícias da voluntária redução de paz e amizade de feroz nação do **gentio** mura” nos anos de 1784, 1785 e 1786; e, principalmente, as longas correspondências entre o tenente-coronel primeiro comissário da 4ª Partida, João Batista Mardel, e João Pereira Caldas, acerca da prática com o **gentio** “que pelo centro e lagos habita desde o Purus até o Juruá” – evidenciam-se antigos e persistentes esforços para o povoamento daquelas regiões. Mas fora sobremaneira longo este perquirir de antigos documentos. Baste-nos saber que desde 1787, por efeito de belíssima campanha em que não entraram outras armas além das dádivas mais apetecidas do **selvagem**, se congraçaram os aborígenes daqueles pontos, inteiramente captados pelas gentes civilizadas. O Purus, sobretudo, abriu-se desde logo à faina, infelizmente desordenada e primitiva que ainda hoje impera na Amazônia. (CUNHA, 2000, p. 303, grifos meus).

Nestas largas peregrinações, sendo inevitável o continuado encontro de tribos variadas, educou-se-lhes a combatividade em constantes refregas contra o **bárbaro**, que lhes deram, conseguintemente, mais incisa que a feição industrial, a feição guerreira e conquistadora. (CUNHA, 2000, p. 278, grifo meu).

Este léxico utilizado pelo autor (**infiel**, **gentio**, **selvagem** e **bárbaro**) é reflexo da ideologia e do seu imaginário sobre os habitantes da Amazônia presentes em seu discurso. Euclides da Cunha vem para a floresta imbuído de expectativas criadas pelas leituras que fez (Frederico Hartt, Walter Bates, dentre outros), mas a experiência acaba contrastando com as leituras que fez. Os relatos que produziu sobre a floresta amazônica são repletos de cientificismos e acabam por expressar uma ideologia norteadas pelos determinismos biológicos e

geográficos, bem como o darwinismo social, evolucionismo e positivismo. Trata-se de uma interpretação contraditória e incompleta, que acabou por produzir teses equivocadas sobre a região.

Falando agora sobre os indígenas, sabemos que a grande leva de trabalhadores que veio para a Amazônia no auge da extração do látex, incentivados pelo poder público brasileiro, trouxe grandes conflitos sociais, principalmente para o indígena. A idéia de que a floresta amazônica deveria ser dominada e civilizada, acabou por submeter o indígena aos ditames (dever ser) da civilização ocidental, fazendo com que eles perdessem o direito de ter a sua própria história e passassem a ser contados em outra história, a da colonização (ORLANDI, 2008). Euclides da Cunha, de sua posição, acreditava e apoiava a idéia de que a floresta amazônica deveria ser dominada, colonizada e civilizada. Contudo, descreveu em seus relatos que não é uma tarefa simples, citando exemplos da colonização feita pela França na Indochina e das colônias Inglesas, Belgas e Alemãs, comparando-as com a colonização do Acre, como podemos averiguar nas passagens abaixo:

Há alguma cousa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heróicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhes, mais que os organismos robustos, o triunfo na campanha formidável. (CUNHA, 2000, p. 146).

A França na Indochina, de clima quase temperado, despendeu quinze anos de trabalhos contínuos para que sobrestivesse a mortalidade; e, obedecendo aos pareceres dos seus melhores cientistas, renunciou, depois de longas tentativas, ao povoamento sistemático da África equatorial. O mesmo sucede no geral das colônias inglesas, alemãs ou belgas. Baste-nos notar que a estadia regulamentar dos seus agentes oficiais tem o período máximo de três anos. A volta aos lares nativos é uma medida de segurança indispensável a restaurar-lhes os organismos combalidos. Deste modo, a despeito de tão grandes sacrifícios e dispêndios, e dos prodígios de engenharia sanitária que transformam a rudeza topográfica dos lugares novos, formando-se uma verdadeira geografia artística, o que neles se forma, por fim, são umas sociedades

precárias de perpétuos convalescentes jungidos a dietas inflexíveis e vivendo através das fórmulas inaturáveis dos receituários complexos. (...) Ora, comparando-se estas colonizações adstritas às cláusulas de rigorosos estatutos – e de efeitos tão escassos – com o povoamento tumultuário, com a colonização à gandaia do Acre – de resultados surpreendentes – certo não se faz mister registrar um só elemento para o acerto de que o regímen da região malsinada não é apenas sobradamente superior ao da maioria dos trechos recém-abertos à expansão colonizadora, senão também ao da grande maioria dos países normalmente habitados. (CUNHA, 2000, p. 149).

Euclides acreditava que a civilização ocidental chegando e colonizando a Amazônia, traria grandes benefícios à terra, salvando-a da barbárie, que as coisas nativas da região são selvagens e o que a “civilização” traz é a luz. Segundo Orlandi (2008), podemos concluir que este pensamento de Euclides vem do fato de que fomos condicionados pelos colonizadores do Brasil a acreditar que tudo deve ser importado, que nem sempre o que temos aqui é bom. Diz também que esse discurso colonial é como se fosse uma "marca de nascença" nos brasileiros: algo que está impresso e não sairá, como podemos observar nos recortes abaixo, onde o autor exalta o que é “civilizado”, demonstrando seu eurocentrismo, e deprecia o que é local, nativo:

As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com as suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rapidamente no antiplano das “barreiras” as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra. (CUNHA, 2000, p. 124).

Abra-se qualquer regulamento de higiene colonial. Ressaltam à mais breve leitura os esforços incomparáveis das modernas missões e o seu apostolado complexo que, ao revés das antigas, não visam arrebatam para a civilização a barbaria transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros.(CUNHA, 2000, p. 149).

Von den Stein, com a agudeza irrealizável de seu belo espírito, comparou, algures, pinturescamente, o Xingu a um “enteado” da nossa geografia. Estiremos o paralelo. O Purus é um enjeitado. Precisamos incorporá-lo ao nosso progresso, do qual ele será, ao cabo, um dos maiores fatores, porque é pelo seu leito desmedido em fora que se traça,

nestes dias, uma das mais arrojadas linhas da nossa expansão histórica. (CUNHA, 2000, p. 144).

A cultura ocidental que foi imposta no Brasil, como já citamos acima, faz com que o indígena seja o "outro", e o europeu seja o "centro", provedor de tudo o que é bom e civilizado. A Amazônia, local que o homem branco ainda não tinha dominado completamente, seria um lugar de barbárie e selvageria. Podemos notar esse traço do imaginário das pessoas que residiam nos grandes centros do Brasil na época, na fala de Euclides da Cunha, ao expressar o que se pensava sobre a floresta amazônica e o seu espanto ao encontrar uma grande cidade, como Manaus, cravada na floresta, como veremos a seguir:

A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da Colônia, as mais imponentes expedições e solenes visitas pastorais rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. Para lá os mais veneráveis bispos, os mais garbosos capitães-generais, os mais lúcidos cientistas. E do amanhã do solo que se tentou afeiçoar a exóticas especiarias, à cultura do aborígine que se procurou erguer aos mais altos destinos, a metrópole longínqua demasiara-se em desvelos à terra que sobre todas lhe compensaria o perdimento da Índia portentosa. (CUNHA, 2000, p. 123).

Em que pese ao cosmopolitismo desta Manaus, onde em cada esquina range o português emperrado ou rosna rispidamente o inglês e canta o italiano – a nossa gente ainda os suplanta com as duas belas qualidades nativas de coração – e, certo, uma das minhas impressões de sulista está no perceber que o Brasil ainda chega até cá. (CUNHA, 2000, p. 371).

Por fim, estudaremos a relação do indígena com o branco, onde, como já dissemos anteriormente, o primeiro é o "outro", e o branco o "centro". A identidade construída de que o indígena é selvagem se inicia aí. Ele não é civilizado em relação ao branco, que é o padrão a ser seguido. Essa identidade foi construída pelo discurso dos colonizadores, e isso se dá por movimentos de silenciamentos, onde ao dizer "selvagem" para o indígena o que é silenciado é que ele não é civilizado, não pode ser um cidadão completo (ORLANDI, 2008).

“Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes” (ORLANDI, 2008). Afirma ainda a autora,

que, quanto mais força para igualar o indígena ao branco, maior se é a exclusão, isso acontece porque ao apagar a identidade indígena, o sujeito índio vai sendo deixando de lado.

O Estado queria controlar o indígena, tendo uma imagem de que ele devia obedecer ao branco, reconhecer a sua autoridade, pois o branco tem o “fardo” de civilizar. É a história do branco que é contada nos livros didáticos nas escolas, enquanto que a história indígena é silenciada. Orlandi (2008) pondera que analisando os discursos que foram produzidos sobre o indígena, desde a chegada dos colonizadores, pode-se notar que as ciências como a antropologia, lingüística, a política social (indigenismo) e a religião (a catequese) se articulam para apagar a presença do índio na constituição da identidade cultural (política) brasileira.

Como pondera Orlandi (2008) o índio é estigmatizado pelo não-indígena. E, para fugir desta censura, a única maneira é ele, como cita a autora, anular-se como tal. Isto é, anular sua identidade. O não-indígena não impõe só a língua, mas também como deve ser o discurso, visto que o indígena incorpora esse discurso à medida que vai se identificando com ele. Euclides da Cunha deixa bem claro esse ponto de vista etnocêntrico na forma de lidar com o indígena em seus escritos, como podemos observar na sequência abaixo:

Da terra e do homem. A tarefa é dúplice. Aos conquistadores tranqüilos não lhes basta o perquirir as causas meteorológicas ou telúricas das moléstias iminentes aos trechos recém-conquistados, na escala indefinida que vai das anemias estivais às febres polimorfias. Resta-lhes o encargo maior de justapor os novos organismos aos novos meios, corrigindo-lhes os temperamentos, destruindo-lhes velhos hábitos incompatíveis, ou criando-lhes outros até se construir, por um processo a um tempo compensador e estimulante, o indivíduo inteiramente aclimado, tão outro por vezes nos seus caracteres físicos e psíquicos que é, verdadeiramente, um indígena transfigurado pela higiene. Para isto o colono, ou o emigrante, torna-se em toda a parte um pupilo do Estado. (CUNHA, 2000, p. 148).

Esse discurso de que os indígenas estão isolados da civilização, vivendo em territórios vastos e insalubres, acaba por justificar a visão de que eles devem ser assimilados pela cultura ocidental. A História Oficial, bem como a própria sociedade, excluem os indígenas do pensamento social amazônico, colocando-os à margem da sociedade e reprimindo seus direitos básicos. O

processo civilizatório do homem branco produziu a aculturação e a desfiliação identitária de vários povos amazônicos, impondo-lhes a cultura branca e uma Amazônia inventada, uma invenção que se traduz em exploração e destruição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma analogia entre a nossa longa viagem pelo Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais com a aventura, de cerca de um ano, que Euclides da Cunha realizou pelos rios amazônicos, percebemos que a nossa viagem pelo mestrado, em certo porto, nos fez adentrar na embarcação da Análise de Discurso, o que, para nós, também foi uma grande aventura, com seus altos e baixos, como os banzeiros de um rio.

Navegando pela Análise de Discurso, através dos seus princípios fundamentais e quadro teórico conceitual, pudemos nos aproximar da compreensão do discurso de Euclides da Cunha. Para isso, tentamos contemplar as noções trabalhadas por ela, respeitando sua complexidade e enormidade de noções que constantemente se atualizam, se reinventam e se transformam.

O nosso intuito foi apontar o dispositivo teórico da Análise de Discurso e também como ela está fundamentada, demonstrando suas concepções e suas oposições, bem como de onde ela se originou e por onde continuará caminhando. Sabemos que ela produziu e continua produzindo rupturas e questionamentos necessários à composição de sua teoria, contribuindo decisivamente na forma de se pensar a sociedade.

Com essa bagagem teórica nos ombros, passamos a questionar e a tentar responder as perguntas do nosso trabalho, como se fossemos um guia turístico para o nosso leitor, buscando da forma mais didática possível a resolução do nosso problema, tentando levar os passageiros que nos acompanham nesta embarcação à compreensão do sujeito Euclides da Cunha e da heterogeneidade e atravessamentos presentes em seu discurso. Para isso, não nos restringimos apenas a admitir a existência da heterogeneidade presente nele, mas buscamos esclarecer o funcionamento dessa heterogeneidade, bem como apontamos e estudamos os atravessamentos jornalístico e científico em seu discurso.

No decorrer da viagem, fizemos uma apresentação do sujeito Euclides da Cunha, com uma breve biografia, demonstrando as condições de produção da sua obra (a sociedade brasileira do final do século XIX e início do

século XX), as correntes teóricas a que estava filiado (Positivismo, Determinismo Biológico e Geográfico, Evolucionismo e Darwinismo Social), o seu imaginário acerca da floresta exuberante que visitou, a sua visão sobre o outro que aqui encontrou (o autor também no papel do outro falando sobre a Amazônia), a noção de autoria (Euclides da Cunha como literato – autor da língua), bem como os atravessamentos jornalísticos e científicos que estão profundamente presentes no seu discurso.

Por fim, reconhecemos que não foi uma tarefa simples estarmos no papel de guia turístico, pois explicitar aos nossos ouvintes os aparelhos ideológicos da sociedade capitalista presentes no discurso do autor da língua - Euclides da Cunha - foi complexo e exigiu um profundo estudo das condições de produção do nosso objeto de estudo. Na continuação da explanação do funcionamento discursivo do processo criativo do autor e dos mecanismos de produção de sentidos, buscamos revelar a heterogeneidade do seu discurso, as outras vozes presentes nele, dentre elas a do jornalista, a do cientista e a do próprio Estado. Constatamos que o processo de criação da obra de Euclides da Cunha é, na verdade, um processo produtivo, uma vez que nenhum sujeito é livre para criar (salientando que o processo criativo está tomado pela ilusão de liberdade), uma vez que o sujeito é determinado pela formação discursiva em que está inscrito, ou como disse Althusser (1992, p. 54), “toda formação social é resultado de um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção aciona forças produtivas existentes em e sob relações de produção definidas”, ou seja, para existir, deve, ao mesmo tempo que produz, reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes.

É salutar enfatizarmos que não tentamos subtrair de Euclides da Cunha o seu papel de protagonista do processo criativo, apenas ressaltamos que ele dividiu este papel com os outros que o atravessaram e acabaram por constituir a heterogeneidade do seu discurso.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABAURRE, Maria Luiza, FADEL, Tatiana e PONTARA, Marcela Nogueira. **PORTUGÊS LÍNGUA E LITERATURA**. Editora Moderna, 2003.

ALENCAR, Chico et alii. **HISTÓRIA DA SOCIEDADE BRASILEIRA**. Ao Livro Técnico. RJ, 1996.

ALTHUSSER, Louis. **APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro-RJ, Edições Graal, 6ª Edição, 1992.

_____. **FREUD E LACAN. MARX E FREUD: INTRODUÇÃO CRÍTICA-HISTÓRICA**. Tradução de Walter José Evangelista. Rio de Janeiro-RJ, Edições Graal, 3ª Edição, 1991.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **ENTRE A TRANSPARÊNCIA E A OPACIDADE: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO SENTIDO**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **HETEROGENEIDADE(S) ENUNCIATIVA(S)**. tradução de Celane Cruz e João Geraldi. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, SP, 1990.

BERSOT, Dayse Caria e LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. **ANÁLISE DO DISCURSO CIENTÍFICO EM UM ACERVO DE MEMÓRIA: O CASO DO CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA OPAS/OMS**. Cadernos do CNLF, Vol. XVI, Nº 04, t. 1 – Anais do XVI CNLF, 2012.

BUENO, Magali Franco. **O IMAGINÁRIO BRASILEIRO SOBRE A AMAZÔNIA: UMA LEITURA POR MEIO DOS DISCURSOS DOS VIAJANTES, DO ESTADO, DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E DA MÍDIA IMPRESSA**. São Paulo/SP, 2002.

_____. **PALAVRAS INCERTAS – AS NÃO-COINCIDÊNCIAS DO DIZER**. Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1998.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria L. **O BRAVO MATUTINO**. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CASTRO, Celso. (Org.). **Evolucionismo cultural/textos de Morgan, Tylor e Frazer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CITELI, Maria Tereza. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2001.

COMTE, Augusto. **CURSO DE FILOSOFIA POSITIVA**. São Paulo, editora Abril Cultural, 1978.

CUNHA, Euclides da. **OBRA COMPLETA**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2009.

CUNHA, Euclides da. **UM PARAÍSO PERDIDO: ENSAIOS AMAZÔNICOS**. Coleção Brasil 500 Anos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

DE SOUZA, Marquessuel Dantas. **A FILOSOFIA NA ANTROPOGEOGRAFIA DE FRIEDRICH RATZEL**. Caderno de Geografia, v.24, n.42, 2014.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. **ANTROPOLOGIA SOCIAL**. Lisboa, Ed. 70,1989.

FISCHER, Tânia e GONDIM, Sônia Maria Guedes. **O DISCURSO, A ANÁLISE DE DISCURSO E A METODOLOGIA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO NA GESTÃO INTERCULTURAL**. Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS, Vol. 2, Nº 1, 2009.

FLORES, Giovanna Gertrudes Benedetto. **OS SENTIDOS DE NAÇÃO, LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA NA IMPRENSA BRASILEIRA (1821-1822) E A FUNDAÇÃO DO DISCURSO JORNALÍSTICO BRASILEIRO**. Campinas-SP, 2011.

FONSECA, Rodrigo Oliveira. **CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DO DISCURSO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM DA PRÁXIS DISCURSIVA**. Revista Icarahy, Edição n.04, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ORDEM DO DISCURSO**. Trad. de Laura F. A Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

_____. **HISTÓRIA DA SEXUALIDADE: A VONTADE DE SABER**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **L'ARCHÉOLOGIE DU SAVOIR**. Gallimard, Paris.

_____. **VERDADE E PODER**. In: _____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FRAGOSO, Élcio Aloisio. **HÁ SEPARAÇÃO ENTRE LÍNGUA E DISCURSO?** Revista Igarapé, Porto Velho-RO, v.4, n.1, p. 69-85, 2014.

GALLO, Solange Leda. **AUTORIA: QUESTÃO ENUNCIATIVA OU DISCURSIVA?** Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 01, n. 02, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **NO CALOR DA HORA.** São Paulo: Ática, 1974

GONDIM, Neide. **A INVENÇÃO DA AMAZÔNIA.** São Paulo/SP. Ed. Marco Zero, 1994.

GUIMARÃES, Iza Vanessa Pedroso de Freitas. **AMAZÔNIA EUCLIDIANA, IN REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO** – n. 117, Fevereiro de 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA.** São Paulo: Centauro, 2006.

HANSEN, Fábio. **HETEROGENEIDADE DISCURSIVA: O ATRAVESSAMENTO DO OUTRO NO PROCESSO CRIATIVO DO DISCURSO PUBLICITÁRIO.** Rio Grande do Sul, 2009.

HENRY, Paul. **A HISTÓRIA NÃO EXISTE?** In ORLANDI, E. (Org.). Gestos de Leitura – da História no Discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

INDURSKY, Freda. **A FALA DOS QUARTÉIS E AS OUTRAS VOZES.** Editora da UNICAMP, 1992.

JOHNSON, Richard et al. **O QUE É, AFINAL, ESTUDOS CULTURAIS?** Autêntica Editora, 2006.

LAGAZZY, Suzy. **O DESAFIO DE DIZER NÃO.** Editora Pontes, 1988.

LEWONTIN, Richard C. **Biologia como ideologia: a doutrina do DNA.** Tradução de F.A. Moura Duarte, Francine Muniz e José Tadeu de Sales. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2000.

MARIANI, Bethania. **O PCB E A IMPRENSA: OS COMUNISTAS NO IMAGINÁRIO DOS JORNAIS (1922-1989).** Editora Revan, Campinas-SP, 1998.

MARX, KARL. **DAS KAPITAL,** 1006, citado por Luciana Lima Martins. A natureza da paisagem em Friedrich Ratzel. In: V Congresso Brasileiro de Geógrafos, 1994. Curitiba. Resumos. Curitiba, 1994.

MEDEIROS, Caciane Souza. **AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E O DISCURSO NA MÍDIA: A CONSTRUÇÃO DE UM PERCURSO DE ANÁLISE.** FAMECOS/PUCRS, nº 20, Porto Alegre-RS, 2008.

MORAIS FILHO, Evaristo de. **AUGUSTO COMTE.** Sociologia. Rio de Janeiro, editora Ática, 1983.

MORGAN, L.H. **A Sociedade Primitiva.** 1974 [1877]. Lisboa: Ed. Presença.

NEVES, Eduardo Góes. **O VELHO E O NOVO NA ARQUEOLOGIA AMAZÔNICA.** REVISTA USP, São Paulo, n.44, p. 86-111, 2000.

NUNES, José Horta. **LEITURA DE ARQUIVO: HISTORICIDADE E COMPREENSÃO.** In: M. C. L. Ferreira, F. Indursky (orgs.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites.* São Carlos: Claraluz, 2007, p. 373-380.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio. História – **DESENVOLVIMENTO E COLONIZAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA.** Porto Velho. Editora Dinâmica, 2004.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A ANÁLISE DE DISCURSO EM SUAS DIFERENTES TRADIÇÕES INTELLECTUAIS: O BRASIL.** UFRGS, Porto Alegre-RS, 2003.

_____. **ANÁLISE DE DISCURSO: PRINCÍPIOS E PROCEDIMENTOS.** 12ª Edição, Pontes Editores, Campinas-SP, 2015.

_____. **A NATUREZA E OS DADOS.** Caderno de estudos lingüísticos, Campinas-SP, 1994.

_____. **AS FORMAS DO SILÊNCIO NO MOVIMENTO DOS SENTIDOS.** 6ª Edição, Editora da Unicamp, Campinas-SP, 2007.

_____. **DISCURSO E LEITURA.** São Paulo-SP, Editora Cortez, 9ª Edição, 2012.

_____. **DISCURSO E TEXTO: FORMAÇÃO E CIRCULAÇÃO DOS SENTIDOS.** Campinas-SP, Pontes Editores, 2001.

_____. **DISCURSO E TEXTUALIDADE – INTRODUÇÃO ÀS CIÊNCIAS DA LINGUAGEM.** Editora Pontes, Campinas-SP, 2006.

_____. **DISCURSO, IMAGINÁRIO SOCIAL E CONHECIMENTO.** Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

_____. **INTERPRETAÇÃO: AUTORIA, LEITURA E EFEITOS DO TRABALHO SIMBÓLICO.** Petrópolis, RJ, Vozes Editora. 2ª edição. 1996.

_____. **OS EFEITOS DO VERBAL SOBRE O NÃO-VERBAL.** Revista Rua, Campinas-SP, 1: 35-47, 1995.

_____. **TERRA À VISTA – DISCURSO DO CONFRONTO: VELHO E NOVO MUNDO.** Editora UNICAMP, Campinas-SP, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade.** São Paulo. Editora Brasiliense, 1982.

PANTONI, Rosa Virgínia e TFOUNI, Leda Verdiani. **SOBRE A IDEOLOGIA E O EFEITO DE EVIDÊNCIA NA TEORIA DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA.** Trabalho apresentado na II Conferência Internacional “La Obra de Carlos Marx y los desafios del siglo XXI”, realizada em Havana, Cuba, maio de 2004

PÊCHEUX, Michel. **A PROPÓSITO DA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO. IN: GADET, FRANÇOISE; HAK, TONY (ORGS.). POR UMA ANÁLISE AUTOMÁTICA DO DISCURSO.** Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **O DISCURSO: ESTRUTURA OU ACONTECIMENTO.** Campinas: Pontes, 2006.

_____. **O MECANISMO DO (DES) CONHECIMENTO IDEOLÓGICO.** In: ZIZEK, S. (Org.). **UM MAPA DA IDEOLOGIA.** Rio de Janeiro, Contraponto, 2010.

_____. **PAPEL DA MEMÓRIA.** In: ACHARD, Pierre... [et al.]. **Papel da memória.** Campinas/SP, ed. Pontes, 1999.

_____. **SEMÂNTICA E DISCURSO: UMA CRÍTICA À AFIRMAÇÃO DO ÓBVIO.** Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 1995.

PILLA, Armando e QUADROS, Cynthia Boos. **CHARGES: UMA LEITURA ORIENTADA PELA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA.** XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba-PR, 2009.

PIMENTEL, Renata. **DO EVOLUCIONISMO BIOLÓGICO AO EVOLUCIONISMO CULTURAL: UMA ANÁLISE SOBRE OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL.** Revista Encontros de Vista, 2011.

RIBEIRO, Fabrício Leonardo. **CARTAS DA SELVA: ALGUMAS IMPRESSÕES DE EUCLIDES DA CUNHA ACERCA DA AMAZÔNIA, IN HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES**, n. 44, p. 147-162. Editora UFPR, Curitiba-PR, 2006.

RIBEIRO, Paulo Rodrigues. **A HISTÓRIA CIENTÍFICA DO SÉCULO XIX**. In. A história da história. Ed. Universidade Católica de Goiás, 2005.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O ESPETÁCULO DAS RAÇAS: CIENTISTAS, INSTITUIÇÕES E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL - 1870 A 1930**. Ed.: Companhia das Letras. São Paulo, 1993.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente. **A ANÁLISE DO NÃO VERBAL E OS USOS DA IMAGEM NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO**. Revista Rua, Campinas-SP, 7: 65-94, 2001.

TOCANTINS, Leandro. Amazônia - **NATUREZA, HOMEM E TEMPO: UMA PLANIFICAÇÃO ECOLÓGICA**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.